



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO  
NORDESTE

LUIZA MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA



**VARIADAS MANEIRAS DE DIZER NÃO:  
acessibilidade na UFPE, existe?**

Recife  
2013

LUIZA MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA

**VARIADAS MANEIRAS DE DIZER NÃO:  
acessibilidade na UFPE, existe?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste.

**Linha de Pesquisa:** Gestão Estratégica das Organizações Públicas.

**Orientador:** Prof<sup>o</sup> Dr. Denilson Bezerra Marques

Recife  
2013

Ficha catalográfica ecária Luiza de Oliveira, CRB 1316/4

Oliveira, Luiza Maria Pereira de.

**Variadas maneira de dizer não:** acessibilidade na UFPE, existe? / Luiza Maria Pereira de Oliveira – Recife, 2013.

100 fls. ; 24 cm., il., quadros

Orientador: Denilson Bezerra Marques

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

Inclui bibliografia.

Inclui material adicional.

1 Acessibilidade - UFPE 2. Acessibilidade – Inclusão social  
3. Acessibilidade – Marcos legais. 4. Pessoa com Necessidades especiais I. Marques, Denilson Bezerra . II. Título.

364 CDU (2.ed.)

362 CDD (22.ed.)

LUIZA MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA

**VARIADAS MANEIRAS DE DIZER NÃO:  
acessibilidade na UFPE, existe?**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Denilson Bezerra Marques (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura (Examinadora interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Marcos Galindo (Examinador externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho às pessoas com necessidades especiais pela coragem de insistir e ao meu sobrinho Eduardo Augusto, nele vejo o futuro.

## **AGRADECIMENTOS**

Penso que não se caminha sozinho, mesmo quando pensamos que estamos. Para a realização desta pesquisa tive muitas pessoas ao meu lado e agradeço a todas.

Agradeço primeiramente a minha mãe, uma mulher de pouco estudo que investiu na minha formação escolar e acreditou ser a Educação o melhor caminho a ser trilhado.

Certa vez recebi uma mensagem que dizia que amigos são anjos que Deus nos envia para que a vida não seja tão árdua, assim posso afirmar com certeza que Ele foi muito generoso comigo e pôs em meu caminho muitos anjos entre os quais Agradeço a todos eles por estarem sempre comigo. Especialmente agradeço a Lili, minha amiga de todas as horas, Sandra, Etiene e Regina. Com minhas amigas divido minhas alegrias, tristezas, ansiedades, dificuldades, momentos felizes e difíceis, sou feliz e grata por tê-los.

Agradeço a compreensão dos colegas de trabalho, que compreenderam minhas ausências e a pouca disponibilidade profissional, principalmente na reta final da pesquisa.

Não posso deixar de relacionar aqui meu agradecimento aos diretores dos centros da UFPE, (CCSA, CCS, CE, CFCH, CAC, CTG, CIN, CCEN, CAV, CAA, CCB, CCJ e Restaurante Universitário) que permitiram o registro imagético dos ambientes de uso coletivo dos centros, fundamental para realização deste trabalho.

Agradeço aos meus chefes: Claudina, Rubens e Elilson, pela compreensão, apoio e flexibilidade, tão importantes para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Agradeço à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Sobreira, e ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Marcos Gallindo, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora.

Agradeço também ao meu orientador o Prof. Dr. Denilson Bezerra Marques, pela orientação, atenção, disponibilidade e cordialidade, fundamental para a realização desta pesquisa.

Agradeço por fim a Deus, por estar todo o tempo comigo e me permitir essa e todas as experiências pretéritas, mesmos aquelas que trouxeram algum pesar, pois me fizeram ser o que sou hoje.

“Nossas vidas começam a terminar no dia em que permanecemos em silêncio sobre as coisas que importam” (KING, 2013).

## RESUMO

A acessibilidade é uma questão reconhecida como importante sob todos os aspectos. É condição essencial para que pessoas com necessidades especiais possam ser incluídas socialmente. Em se tratando de uma universidade é o caminho para fazer com que alunos com necessidades especiais tenham condições de acessar, permanecer e concluir um curso superior. Esta pesquisa tem como objeto de estudo a proposição de acessibilidade na Universidade Federal de Pernambuco. É uma pesquisa exploratória de caráter descritivo e aplicado, tem como objetivo analisar as condições de acessibilidade na UFPE a partir da percepção do aluno portador de necessidades especiais da graduação, bem como identificar as barreiras existentes e propor ações no sentido de promover a acessibilidade. A pesquisadora construiu a amostra da pesquisa tendo como base dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROACAD) sobre alunos aprovados no vestibular no período compreendido entre 2008 a 2012, que declararam portar necessidades especiais. Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos: a entrevista semi-estruturada cujo roteiro se estruturou em três tópicos: barreiras arquitetônicas, barreiras tecnológicas e barreiras atitudinais, o segundo instrumento foi a fotografia utilizada para apoiar os resultados obtidos. A técnica de pesquisa utilizada foi a análise de conteúdo, tendo como base norteadora a obra de Bardin. Os resultados obtidos na investigação mostraram que a UFPE não é um ambiente acessível, evidenciando a existência de barreiras arquitetônicas, tecnológicas e atitudinais, as quais comprometem a autonomia, a equidade no acesso, permanência e conclusão dos cursos por parte dos alunos com necessidades especiais. A pesquisadora conclui a investigação com um diagnóstico das condições de acessibilidade da UFPE, indicando os aspectos a serem considerados na proposição de acessibilidade bem como sugerindo ações no sentido de tornar a Universidade Federal de Pernambuco uma instituição acessível.

**Palavras-chave:** Acessibilidade na UFPE. Acessibilidade e inclusão social. Pessoas com necessidades especiais.



## **ABSTRACT**

Accessibility is recognized as an important issue in all aspects. It is essential for people with special needs to be included socially. In the case of an university it is the way to make students with special needs able to access, remain in and complete a bachelor degree. This research aims to study the accessibility proposition at the Federal University of Pernambuco. It is an exploratory, descriptive and applied research, which has as goal to analyze the accessibility conditions in UFPE from the perception of a student with special needs graduation, as well as identify existing barriers and propose actions to promote accessibility. The researcher constructed the survey sample based on data provided by the Dean of Academic Affairs (PROACAD) about students that passed the examinations over the period from 2008 to 2012, declared that carry special needs. To collect the data we used two instruments: a semi-structured interview whose script is structured into three topics: architectural barriers, technological barriers and attitudinal barriers, the second instrument was the photo used to support the results. The research technique used was content analysis, based on Bardin's work. The results from the investigation showed that UFPE is not an accessible environment, showing the existence of architectural barriers, technological and attitudinal, which impair the autonomy, equity in access, retention and completion of courses by students with special needs. The researcher concludes with a research diagnosis of UFPE's accessibility conditions, indicating the aspects to be considered in proposing accessibility and suggesting actions to make the Federal University of Pernambuco an accessible institution.

**Keywords:** Accessibility UFPE. Accessibility and social inclusion. People with special needs.

## LISTA DE FIGURAS

|                    |                                                                                |    |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1 –</b>  | Evolução do processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais..... | 27 |
| <b>Figura 2 –</b>  | Calçado do CCB.....                                                            | 56 |
| <b>Figura 3 –</b>  | Acesso à Clínica Dermatológica – CCS.....                                      | 56 |
| <b>Figura 4 –</b>  | Sala de aula com púlpito, CTG.....                                             | 58 |
| <b>Figura 5 –</b>  | Bebedouros no CCB.....                                                         | 59 |
| <b>Figura 6 –</b>  | Escada de acesso aos laboratórios do CCB.....                                  | 60 |
| <b>Figura 7 –</b>  | Elevador do CCS.....                                                           | 60 |
| <b>Figura 8 –</b>  | Calçada de acesso ao CAV.....                                                  | 61 |
| <b>Figura 9 –</b>  | Circulação no CAC.....                                                         | 62 |
| <b>Figura 10 –</b> | Acesso ao pátio no CCJ.....                                                    | 62 |
| <b>Figura 11 –</b> | Acesso à sala de aula no CAV.....                                              | 62 |
| <b>Figura 12 –</b> | Laboratório no CCS.....                                                        | 64 |
| <b>Figura 13 –</b> | Biblioteca do CCEN.....                                                        | 65 |
| <b>Figura 14 –</b> | Biblioteca do CCB.....                                                         | 65 |
| <b>Figura 15 –</b> | Sanitário CAA.....                                                             | 66 |
| <b>Figura 16 –</b> | Sanitário CAV.....                                                             | 67 |
| <b>Figura 17 –</b> | Sinalização da biblioteca do CCEN.....                                         | 68 |
| <b>Figura 18 –</b> | Sinalização CCB.....                                                           | 69 |
| <b>Figura 19 –</b> | Sala de aula no CCS.....                                                       | 71 |
| <b>Figura 20 –</b> | Biblioteca CCEN.....                                                           | 72 |
| <b>Figura 21 –</b> | Laboratório CCEN/CIN.....                                                      | 72 |
| <b>Figura 22 –</b> | Banheiro acessível no CAA.....                                                 | 81 |
| <b>Figura 23 –</b> | Rampa CAA.....                                                                 | 81 |
| <b>Figura 24 –</b> | Caminho do estacionamento ao prédio CAA.....                                   | 81 |

## LISTA DE QUADROS

|                    |                                                         |    |
|--------------------|---------------------------------------------------------|----|
| <b>Quadro 1 –</b>  | Caracterização dos sujeitos.....                        | 48 |
| <b>Quadro 2 –</b>  | Distribuição dos entrevistados por centros da UFPE..... | 49 |
| <b>Quadro 3 –</b>  | Acessibilidade no ambiente de estudo.....               | 54 |
| <b>Quadro 4 –</b>  | Obstáculos e insegurança encontrados.....               | 57 |
| <b>Quadro 5 –</b>  | Permanência, uso e trânsito.....                        | 63 |
| <b>Quadro 6 –</b>  | Sinalização.....                                        | 67 |
| <b>Quadro 7 –</b>  | Informações essenciais.....                             | 69 |
| <b>Quadro 8 –</b>  | Ergonomia.....                                          | 70 |
| <b>Quadro 9 –</b>  | Iluminação.....                                         | 73 |
| <b>Quadro 10 –</b> | Barreiras tecnológicas.....                             | 74 |
| <b>Quadro 11 –</b> | Preconceitos e convivência.....                         | 76 |
| <b>Quadro 12 –</b> | Acessibilidade na UFPE.....                             | 79 |

## LISTA DE SIGLAS

|         |                                                                           |
|---------|---------------------------------------------------------------------------|
| ABNT    | Associação Brasileira de Normas Técnicas                                  |
| APAE    | Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais                              |
| CAA     | Centro Acadêmico do Agreste                                               |
| CAC     | Centro de Artes e Comunicação                                             |
| CAV     | Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão                                |
| CCB     | Centro de Ciências Biológicas                                             |
| CCEN    | Centro de Ciências Exatas e da Natureza                                   |
| CCS     | Centro de Ciências da Saúde                                               |
| CCSA    | Centro de Ciências sociais Aplicadas                                      |
| CE      | Centro de Educação                                                        |
| CFCH    | Centro de Filosofia e Ciências Humanas                                    |
| CIDID   | Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens |
| CIN     | Centro de Informática                                                     |
| CORDE   | Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência        |
| CTG     | Centro de Geociências e Tecnologia                                        |
| IBC     | Instituto Benjamim Constant                                               |
| IBGE    | Instituto de Geografia e Estatística                                      |
| IFES    | Instituições Federais de Ensino Superior                                  |
| INES    | Instituto Nacional da Educação de Surdos                                  |
| LDBE    | Leis de Diretrizes e Bases da Educação                                    |
| MEC     | Ministério de Educação e Cultura                                          |
| NBR     | Norma Brasileira                                                          |
| OMS     | Organização Mundial da Saúde                                              |
| ONU     | Organização das Nações Unidas                                             |
| PROACAD | Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos                                     |
| PROGEPE | Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas                                         |
| PROAS   | Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis                                     |
| UFPE    | Universidade Federal de Pernambuco                                        |
| UNESCO  | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a              |

UR

Cultura

Universidade do Recife

## SUMÁRIO

|       |                                                                                                                          |     |
|-------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1     | INTRODUÇÃO.....                                                                                                          | 14  |
| 2     | PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....                                                                                  | 17  |
| 2.1   | Modelo médico de deficiência X modelo social de<br>deficiência.....                                                      | 19  |
| 2.2   | Os conceitos e os termos.....                                                                                            | 21  |
| 3     | INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE.....                                                                                    | 26  |
| 4     | ENSINO SUPERIOR E INCLUSÃO.....                                                                                          | 30  |
| 5     | ACESSIBILIDADE: marcos legais.....                                                                                       | 34  |
| 6     | TRILHA METODOLÓGICA.....                                                                                                 | 42  |
| 6.1   | Campo de investigação.....                                                                                               | 42  |
| 6.1.1 | <i>Caracterização do campo de pesquisa: Universidade Federal de<br/>Pernambuco.....</i>                                  | 43  |
| 6.2   | População e amostra.....                                                                                                 | 44  |
| 6.3   | Instrumentos de coleta de dados.....                                                                                     | 45  |
| 6.4   | Coleta de dados.....                                                                                                     | 47  |
| 6.4.1 | <i>Caracterização dos sujeitos.....</i>                                                                                  | 48  |
| 6.5   | Análise dos dados.....                                                                                                   | 50  |
| 7     | A ACESSIBILIDADE PERCEBIDA PELOS ALUNOS<br>PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA UFPE:<br>interpretação dos dados..... | 55  |
| 8     | CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                                                                                | 85  |
| 8.1   | Sugestões.....                                                                                                           | 88  |
|       | REFERÊNCIAS.....                                                                                                         | 91  |
|       | ANEXO A – Roteiro para entrevista.....                                                                                   | 100 |

## 1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade tem sido um tema quase sempre percebido sob a ótica legalista e não como um processo inclusivo. O Brasil possui um conjunto de leis modernas, participa de eventos internacionais sobre a questão, assina acordos, no entanto não desenvolveu a cultura da inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais, sendo a proposição de ambientes totalmente acessíveis um projeto ainda em construção.

É possível que esta realidade seja consequência de muitos fatores, entre os quais citamos a existência de preconceitos e a falta de informação sobre o tema.

De acordo com o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há no Brasil mais de 45 **milhões** de pessoas que portam alguma necessidade especial. Os direitos dessas pessoas estão garantidos juridicamente, no entanto a realidade nos mostra que somente as leis não são o suficiente para incluí-los. Outro aspecto observado é que a legislação nem sempre é devidamente aplicada ou mesmo conhecida o que coloca esses cidadãos à margem da sociedade (IBGE, 2013).

Esta exclusão é observada facilmente ao analisarmos os espaços públicos em geral. A sociedade é despreparada para abrigar o portador de necessidades especiais, predominando na sociedade o paradigma do modelo médico de deficiência, no qual os sujeitos são percebidos pelas limitações físicas que apresentam o que contribui para a estigmatização dessas pessoas. Dessa forma os indivíduos portadores de necessidades especiais encontram obstáculos difíceis de transpor. São barreiras arquitetônicas, tecnológicas e atitudinais que dificultam que se desenvolvam plenamente.

Assim a acessibilidade no Brasil é um processo em desenvolvimento, pois sua efetivação pressupõe não somente uma legislação moderna e robusta como também uma sociedade disposta a eliminar barreiras e gestores com vontade política para facilitar esse processo.

Neste cenário a educação tem um papel fundamental, pois figura como peça indispensável no conjunto de ações inclusivistas de pessoas portadoras de necessidades especiais. A educação, direito constitucional básico, contribui para a formação da pessoa, transformando positivamente a sua existência.

Facilitando o acesso à educação formal da pessoa portadora de necessidades especiais estaremos migrando do modelo médico de deficiência para o modelo social, cujo paradigma reside essencialmente no fato da sociedade desenvolver mecanismos para ajustar-se às diversidades das pessoas, desconstruindo a situação vivenciada atualmente.

De acordo com o IBGE (2013), pessoas com necessidades especiais apresentam nível de escolaridade inferior às pessoas que não apresentam tais necessidades, diferença também verificada em relação à ocupação e renda, ou seja, é inevitável relacionar deficiências às condições sócio econômicas das pessoas com necessidades especiais. Os números revelados pelo censo 2010 são preocupantes: 61% da população com necessidades especiais com 15 anos ou mais não tem instrução escolar ou no máximo possui nível escolar fundamental incompleto. Esses números mudam e se agravam mais se levarmos em conta o gênero, a região geográfica e a raça.

Se no ensino fundamental e médio o nível de escolarização entre as pessoas com necessidades especiais é inferior àquelas que não apresentam tais necessidades, no ensino superior sequer encontramos dados que nos permita realizar alguma comparação.

Apesar da Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 condicionar o credenciamento de novos cursos e instituições de ensino superior à proposição de ambientes acessíveis, possibilitando o acesso à Educação Superior por portadores de necessidades especiais, o fato é que estas pessoas encontram muitas dificuldades para frequentar uma universidade, as poucas que conseguem se deparam com tantos obstáculos que muitas vezes desistem e não concluem seus cursos.

O cenário apresentado nos motivou empreendermos esta pesquisa, pois observamos que a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) não difere de outras instituições públicas. Além dessa percepção somamos a compreensão de que a universidade deve ser um espaço democrático e inclusivo, um direito de todos. Há também o entendimento que a pesquisa pode contribuir para o empreendimento de ações que viabilizem a proposição de uma UFPE mais acessível e inclusiva. Assim serão evidenciadas neste estudo as barreiras existentes na proposição da acessibilidade na UFPE, entendendo barreiras como os obstáculos físicos e sociais



que comprometem o acesso, o uso e a permanência de portadores de necessidades especiais nos ambientes da referida instituição.

Temos como objetivo geral analisar os desafios da acessibilidade na UFPE, como objetivos específicos pretendemos: a) analisar a acessibilidade a partir do olhar do aluno portador de necessidades especiais dos cursos de graduação da UFPE; b) identificar as barreiras arquitetônicas, tecnológicas e atitudinais existentes; c) propor políticas, a partir dos resultados da pesquisa, que promovam a acessibilidade na UFPE.

A pesquisa foi realizada com alunos portadores de necessidades especiais dos cursos de graduação da UFPE, os quais apresentaram prevalência de necessidades sensoriais principalmente necessidades visuais, o que corrobora os dados apresentados pelo IBGE no que se refere a tipologia das necessidades especiais registradas no Brasil. O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista semi-estruturada. Utilizamos também a fotografia com a finalidade de apoiar os resultados obtidos. A técnica utilizada foi a análise de conteúdo, tendo como base norteadora a obra de Bardin. O texto apresenta 7 capítulos. Iniciamos com a introdução onde contextualizamos a questão acessibilidade, a problematização, justificamos as razões que motivaram o estudo e apresentamos os objetivos da pesquisa. No capítulo 2 tratamos, de forma abreviada, das pessoas com necessidades especiais na história da humanidade e o *status* social das mesmas em culturas antigas como a grega, a egípcia e a romana, passando pela Idade Média, Moderna e Contemporânea. Também apresentamos os dois modelos de deficiência (médico e social) e discorremos sobre alguns conceitos e termos referentes ao tema acessibilidade. No capítulo 3 falamos sobre inclusão social e acessibilidade. No capítulo seguinte (4) abordamos a inclusão da pessoa com necessidades especiais no ensino superior. No capítulo 6 apresentamos os marcos legais nacionais e internacionais entre os quais a Lei de acessibilidade (nº 10.098), a Constituição Brasileira, a Portaria nº 3.284, a NBR nº 9.050, a Declaração de Salamanca e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de deficiência. No capítulo 7 relatamos como a pesquisa foi desenvolvida (metodologia) bem como a análise dos dados e os resultados obtidos. Por fim, nas considerações finais apresentamos nossas reflexões e conclusões sobre o universo pesquisado.

## 2 PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A exclusão imposta às pessoas com necessidades especiais não é um fenômeno recente. De acordo com Silva (1987) sempre houve indivíduos nessas condições e sempre haverá. O autor afirma que:

Nada de concreto existe quanto à vida de pessoas com deficiências físicas ou mentais, do velho e do doente nos primeiros nebulosos e muitas vezes enigmáticos milênios da vida do homem sobre a Terra, a não ser supostas situações que estão baseadas em indícios extremamente tênues (SILVA, 1987, p. 28).

Desenhos encontrados no interior de algumas cavernas, os quais, junto a figuras de animais, observam-se pessoas retratadas com membros disformes ou com partes faltantes (SILVA, 1987) corrobora a afirmação do autor quando diz que a deficiência ou a mobilidade reduzida permanente ou transitória faz parte da existência humana. Na Pré-história a caça e a proteção faziam parte da rotina humana de modo que muitas vezes os indivíduos apresentavam machucados como as fraturas, as quais são percebidas em estudos<sup>1</sup>. Silva (1987) diz que partir de investigações feitas em esqueletos é possível identificar lesões existentes, algumas congênitas, outras adquiridas, no entanto não há indícios concretos de como estas pessoas eram tratadas socialmente, apenas suposições. Mesmo nos períodos subsequentes, da história humana, quando já havia sistemas de escrita consolidados, há poucos registros no que diz respeito ao *status* social de pessoas com necessidades especiais.

De acordo com Silva (1987) no Egito Antigo, onde a medicina alcançou considerável desenvolvimento, os males incapacitantes eram tratados, especialmente quando acometia indivíduos das classes sociais mais abastadas. Esses tratamentos muitas vezes eram registrados em papiros, como os conhecidos “Papiro de Ebers, o de Edvvin Smith e o de Brugsch”. Esses documentos traziam informações de como tratar determinadas enfermidades inclusive limitações como surdez e cegueira.

Em outras culturas antigas como a romana e em algumas cidades gregas as limitações físicas ou enfermidades incapacitantes não despertaram interesse médico nem social. Na Roma antiga, por exemplo, era dado o direito dos pais matarem os

---

<sup>1</sup> As patologias de um modo geral são estudadas pela Paleopatologia, novo ramo de estudo que se ocupa em pesquisar e identificar doenças incapacitantes a partir da investigação de ossos pré-históricos e antigos de indivíduos vertebrados.

filhos que nasciam com deformidades. Isso fica muito claro na Lei das XII Tábuas<sup>2</sup>. De acordo com Bretone (1990) na 4ª Tábua (Pátrio Poder e do Casamento) é concedido ao pai o direito de cometer filicídio com os filhos nascidos disformes. Sêneca ([19--?]), intelectual romano, justificava a necessidade de extirpar esses indivíduos não por ódio, mas pelo fato de ser este um ato de razão, pois considerava necessário separar das partes sãs aquelas que lhes oferecia o risco de corrompê-las.

Na Grécia da Idade Antiga são encontrados relatos mais claros que em outras culturas relativas à assistência dispensada às pessoas portadoras de necessidades especiais, principalmente quando as limitações eram adquiridas em combates nas guerras, possuindo inclusive leis para regulamentar a assistência dispensada pelo Estado, consideradas justas pela sociedade, tanto em Esparta, cidade vocacionada para a guerra, como em Atenas (SILVA, 1987).

Há divergência quanto ao tratamento dispensado às pessoas portadoras de necessidades especiais na Idade Média. Para Silva (1987) este foi um período caracterizado por perseguições aos deficientes; para Feijó (2002) na Idade Média o Cristianismo difunde uma visão de misericórdia diante da vida, criando espaços destinados aos indivíduos considerados desafortunados fisicamente e/ou intelectualmente, surgindo assim instituições de assistência com a finalidade de reunir e abrigar essas pessoas.

Na Idade Moderna a industrialização alterou os modos de produção da sociedade, mas não mudou o tratamento dispensado às pessoas portadoras de necessidades especiais. Beck (2007) afirma que a sociedade naquele momento estava voltada para a capacidade de produção dos indivíduos, logo, não havia lugar para portadores de deficiência.

Para Maciel (2007) houve no século XIX a disseminação do conceito de eugenia<sup>3</sup> que acentuou a discriminação com as pessoas portadoras de necessidades especiais. Nesse período as limitações físicas eram discutidas a partir do modelo médico de deficiência, que compreende as pessoas com necessidades especiais como “alguém com algum tipo de inadequação para a sociedade”

---

<sup>2</sup> A Lei das Doze Tábuas foi um marco na história do Direito Romano, um “divisor de águas”, pois pela primeira vez as leis passaram a ser escritas, e o mais importante, passaram a valer também para os plebeus, da mesma forma que para os patrícios.

<sup>3</sup> Eugenia diz respeito à parte da ciência que busca a perfeição da espécie humana através da genética.

(MEDEIROS; DINIZ, 2007, p. 109). Nesse modelo é levado em consideração os caracteres físicos ditos normais, aqueles encontrados na maioria dos indivíduos e que do ponto de vista clínico e biológico compõem um padrão.

Na segunda metade do século XX, surge, no campo da arquitetura, o conceito do desenho universal<sup>4</sup>, cuja filosofia é a proposição de ambientes acessíveis incluindo todos os indivíduos, promovendo a convivência com as diversidades físicas sem constrangimentos. É nesta época que surge com mais intensidade movimentos reivindicando os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais (MEDEIROS; DINIZ, 2007). A partir do conceito de desenho universal surge o conceito de acessibilidade.

## **2.1 Modelo médico de deficiência X Modelo social de deficiência**

Por muito tempo o tratamento dispensado às pessoas com necessidades especiais foi orientado pelas recomendações do modelo médico de deficiência, cujo conceito é norteado pelas características físicas da pessoa, tendo como referência caracteres físicos padronizados, e quando diverso desse padrão, a pessoa com necessidades especiais é considerada como inapta às demandas sociais de forma geral, sendo excluído o indivíduo da sociedade (MEDEIROS; DINIZ, 2007). No modelo médico da deficiência as lesões, adquiridas ou congênitas, em um indivíduo o torna anormal. Um ponto importante que se verifica no modelo médico de deficiência é que o mesmo relaciona a deficiência com incapacidade o que reforça o estigma sofrido por pessoas com necessidades especiais.

Esse modelo prevaleceu por muito tempo sendo adotado inclusive pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que em 1980 publicou um catálogo relacionando lesões e deficiências que podem acometer os indivíduos, criando vínculos entre doença, lesão e incapacidade (DINIZ, 2007). A OMS pretendia apenas expandir o repertório de sua classificação Internacional de Lesão, deficiência e *handicap*, porém adotando termos e conceitos próprios do modelo médico de deficiência, provocou debates sobre a questão, sendo considerado um retrocesso para os que defendiam um modelo de deficiência sob a perspectiva social.

---

<sup>4</sup> Desenho Universal ou Desenho para todos ou Arquitetura para todos, surge na década de 60 nos Estados Unidos, cuja finalidade é a eliminação de barreiras arquitetônicas.

Contrapondo ao modelo médico de deficiência tem-se o modelo social de deficiência que compreende que a deficiência não é uma questão médica e individual e sim social, pois entende que as desvantagens experimentadas pelas pessoas com necessidades especiais são consequência de uma sociedade incapaz de prever e se ajustar à diversidade das pessoas, portanto as necessidades existem, mas a incapacidade está na sociedade, não nos indivíduos que portam alguma limitação (DINIZ, 2007). De acordo com a autora:

Deficiência não é mais uma simples expressão de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. É um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente (DINIZ, 2007, p. 10).

O modelo social de deficiência surgiu na década de 60 no Reino Unido como oposição ao modelo médico, incluindo nas discussões a exclusão e a padronização social, concebendo a deficiência como um fenômeno sociológico, tendo como referência o conceito de estigma proposto por Goffman (1982). De acordo com Goffman (1982, p. 11):

a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem neles encontrados. [...] Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua identidade social [...].

É uma discussão extensa sobre políticas de bem-estar e de justiça social para os portadores de necessidades especiais. Os primeiros proponentes do modelo social de deficiência eram pessoas com necessidades especiais, na maioria homens insatisfeitos com a situação de opressão na qual viviam.

O modelo social além de propor uma visão da deficiência contrária ao modelo médico propôs também uma revisão no vocabulário usado para descrever a deficiência, separando definitivamente os termos lesão e deficiência, definindo a lesão sob o aspecto médico e biológico, portanto físico e deficiência como um fenômeno consequente da discriminação e inacessibilidade imposta às pessoas com necessidades especiais (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010). Esse modelo além de contestar o modelo médico e colocar a deficiência sob a perspectiva social também incluiu nas discussões a relação com os direitos humanos. É a partir deste olhar, que surgem ferramentas como o desenho universal e acessibilidade indicando

formas da sociedade se ajustar à diversidade física das pessoas (PALACIOS BARREIRO, 2008).

## **2.2 Os conceitos e os termos**

Acessibilidade é o objeto de estudo desta pesquisa, no entanto para a abordagem do tema é necessário conceituar alguns aspectos que estão diretamente ligados a esta temática. Uma discussão que permeia a questão da acessibilidade é o termo apropriado para designar as pessoas com necessidades especiais. De acordo com Diniz (2007) o termo deficiente foi evitado por algum tempo por ser entendido como estigmatizante. Outros termos foram sugeridos como pessoa portadora de necessidades especiais (tem origem na Declaração Internacional de Salamanca), pessoa portadora de deficiência, pessoa com deficiência, todos buscam enfatizar a pessoa e não a restrição física que esta apresenta. Isto porque enfatizando a pessoa faz-se o reconhecimento da sua identidade primeiramente. Não há uma nomenclatura ou norma a esse respeito.

A maioria dos textos jurídicos, técnicos e normativos utilizam as expressões pessoa portadora de deficiência, deficiente ou pessoa com deficiência. Nesta pesquisa o termo mais utilizado será pessoa ou portador de necessidades especiais, pois as entrevistas realizadas nesta pesquisa mostraram ser a expressão mais aceita. Em alguns momentos os termos convencionalmente utilizados nos textos jurídicos, técnicos e normativos serão usados em virtude de serem estes textos mencionados para embasar as afirmações feitas.

A deficiência, também designada genericamente como limitação ou restrição física, é conceituada na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (2003) como uma anormalidade ou perda, parcial ou total, de estrutura, de natureza física, psicológica ou neurológica, temporária ou permanentemente. Na Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência, chamada de Convenção da Guatemala (artigo 1, 1999), a deficiência foi conceituada como “[...] uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico ou social” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1999).

A NBR nº 9.050 define a deficiência como uma redução, limitação ou inexistência, seja temporária ou permanente, das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e utilização dos espaços, mobiliário, edifícios e equipamentos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Para Berchtold e Weiss (2005) portadores de deficiência ou necessidades especiais são aquelas pessoas que apresentam um caráter temporário ou permanente de significativas diferenças físicas, sensoriais ou cognitivas, consequentes de fatores congênitos ou adquiridos, que dificultam a inserção social do indivíduo sob variados aspectos, necessitando por isso de ferramentas diversas e especializadas para auxílio no desenvolvimento de suas potencialidades, contribuindo para superar ou minimizar suas dificuldades.

O Decreto Federal nº 5.296 (BRASIL, 2009b), de 2 de dezembro de 2004, conceitua a deficiência como uma alteração total ou parcial, de um ou mais membros do corpo humano, podendo comprometer a função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia<sup>5</sup>, paraparesia<sup>6</sup>, monoplegia<sup>7</sup>, monoparesia<sup>8</sup>, tetraplegia<sup>9</sup>, tetraparesia<sup>10</sup>, triplegia<sup>11</sup>, triparesia<sup>12</sup>, hemiplegia<sup>13</sup>, hemiparesia<sup>14</sup>, ostomia<sup>15</sup>, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros disformes adquiridos ou congênitos, não incluindo no conceito as deformidades estéticas e aquelas que não dificultam o desempenho de atividades.

Além das necessidades especiais supracitadas há ainda outras, encontradas na humanidade, entre as quais as intelectuais e sensoriais, associadas a limitações

---

<sup>5</sup> Paralisia das pernas e da parte inferior do tronco.

<sup>6</sup> Paralisia incompleta de nervo ou músculo dos membros inferiores que não perderam inteiramente a sensibilidade e o movimento.

<sup>7</sup> Paralisia que acomete um só membro ou grupo muscular.

<sup>8</sup> Paralisia incompleta de nervo ou músculo de um só membro que não perdeu inteiramente a sensibilidade e o movimento.

<sup>9</sup> Paralisia que atinge simultaneamente os quatro membros; quadriplegia, quadroplegia.

<sup>10</sup> Paralisia incompleta de nervo ou músculo dos membros inferiores e superiores que não perderam inteiramente a sensibilidade e o movimento.

<sup>11</sup> Paralisia incompleta de nervo ou músculo de 3 membros que não perderam inteiramente a sensibilidade e o movimento.

<sup>12</sup> Paralisia incompleta de nervo ou músculo de 3 membros que não perderam inteiramente a sensibilidade e o movimento.

<sup>13</sup> Paralisia parcial de um lado do corpo. Geralmente é causado por lesões da área corticospinal que corre abaixo dos neurônios corticais do lobo frontal para os neurônios motores da coluna vertebral, que é responsável pelos movimentos dos músculos do corpo e seus membros paralisia total ou parcial da metade lateral do corpo.

<sup>14</sup> Paralisia total ou parcial da metade lateral do corpo.

<sup>15</sup> É uma cirurgia para construção de um novo trajeto para saída das fezes ou da urina.

quanto à percepção, desempenho, interação social, comunicação, cuidado pessoal, trabalho, lazer, entre outras, como as necessidades visuais, auditivas e cognitivas.

Entre as necessidades sensoriais está a necessidade visual. Carvalho (2006) diz que nesta limitação encontra-se desde caso de baixa visão até a cegueira total e caracteriza-se por apresentar acuidade entre 0,3 e 0,05 no melhor olho ou totais (cegueira) quando a acuidade é igual ou inferior a 0,05 no melhor olho.

Outra necessidade sensorial é a auditiva, definida como perda bilateral, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, mesmo com o uso de aparelho auditivo, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2000Hz e 3.000Hz, ou apresente dificuldade permanente para ouvir (BRASIL, 2009b).

Algumas vezes um indivíduo pode apresentar mais de uma necessidade o que se denomina necessidade especial múltipla (BRASIL, 2009b).

As Leis e as Normas Brasileiras ampliaram esse leque e acrescentaram outros sujeitos cujas limitações devem ser consideradas como os idosos, obesos, pessoas com problemas cardíacos, gestantes e pessoas com criança de colo. A Legislação em vigor incluiu esses indivíduos no conceito de acessibilidade diferenciando-os de pessoas portadoras de deficiência, chamando-os de pessoas com mobilidade reduzida. A NBR nº 14.022 apresenta a seguinte definição para o termo Pessoa com Mobilidade reduzida:

[...] aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo dificuldade de movimentar-se permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva de mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. Aplica-se ainda a idosos, gestantes, obesos e pessoas com criança de colo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1997, p. 2).

Pode-se afirmar então que a acessibilidade é uma filosofia de inclusão em todos os sentidos, pois compreende não somente a proposição de ambientes acessíveis como também é bastante abrangente no que diz respeito aos indivíduos contemplados no conceito.

O termo acessibilidade é considerado recente. De acordo com Sasaki (2010) começou a ser usado no final da década de 40, em referência às condições de acesso aos serviços de reabilitação física e profissional destinados às pessoas com deficiência. Nos anos 60 surgem em algumas universidades norte-americanas as primeiras experiências de eliminação de barreiras arquitetônicas (DINIZ, 2007).



Na mesma década surge o Desenho Universal, cuja proposta é a criação de ambientes a partir da diversidade humana, de modo que o espaço físico assim como objetos e serviços possam ser utilizados por todos sem necessidade de se criar algo específico para pessoas com caracteres físicos diferentes (AGUIAR, 2010). Para Sassaki (2010) é na década de 90 que se observa a necessidade de agregar à acessibilidade o paradigma do desenho universal. A NBR nº 9.050 define desenho universal como “aquele que visa atender a maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 3). De acordo com Aguiar (2010) o desenho universal advoga a inclusão social promovendo igualdade de oportunidades para todos. Isto possibilita que as pessoas de um modo geral desfrutem de tratamentos igualitários, sem evidenciar as características físicas das pessoas. De acordo com Aguiar (2010) o desenho universal tem como princípios:

- a) uso equitativo – o projeto deve ser utilizado por qualquer pessoa independente da diversidade física das pessoas;
- b) uso flexível – o projeto deve respeitar uma larga escala de preferências e habilidades individuais, não deve gerar dúvidas, devendo ser exato e preciso;
- c) uso simples e intuitivo – o uso do espaço ou objeto não deve depender de habilidades ou conhecimento específicos;
- d) as informações devem ser perceptíveis – o projeto deve ser facilmente entendido, sem que o usuário tenha que dispor de habilidades extras, ou tenha que recorrer a terceiros para utilizá-lo, ou de condições ambientais e físicas especiais para uso e entendimento;
- e) tolerância ao erro – deve-se evitar ou minimizar a possibilidade de acidentes ou perigos quando ocorrer a utilização involuntária;
- f) mínimo esforço físico – desenvolver projetos os quais serviços e produtos possam ser utilizados sem que para isso o usuário tenha que empregar muito esforço físico ou muita habilidade;
- g) dimensões e espaço adequados para acesso e uso - adequação de tamanho e espaço de maneira que o alcance, o uso e a manipulação possam ocorrer independente do tamanho do corpo do usuário.

Implícito na definição de acessibilidade está o conceito de ergonomia. O termo tem sua origem em 1857, quando o polonês Woitej Yastembowsky usou a

palavra em seu trabalho “Ensaio de ergonomia ou ciência do trabalho, baseada nas leis objetivas da natureza” (IIDA, 2005). Em 1949 o termo foi oficializado pelo engenheiro Murrell quando criou a Ergonomics Research Society. De acordo com Iida (2005) a ergonomia se desenvolveu em função principalmente dos avanços tecnológicos do século XX e pode ser conceituada como o estudo da adaptação do trabalho ao homem. Envolve não somente o ambiente físico, mas também os aspectos organizacionais. No conceito de ergonomia estão aplicados conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução dos problemas surgidos desse relacionamento (IIDA, 2005).

No Brasil a compreensão desses conceitos ocorreu aos poucos. Em 1978 houve a criação de uma norma com força constitucional<sup>16</sup> que ofereceu assistência social aos portadores de necessidades especiais (ALMEIDA, 2011). No entanto, de acordo com Almeida (2011) somente com a Carta Magna de 1988 é que essas pessoas são contempladas com artigos referenciando e reconhecendo alguns de seus direitos. Entretanto mesmo com direitos reconhecidos a cultura da inclusão não foi criada no Brasil (GODOY, 2002). De acordo com Correr (2003, p. 13), “os deficientes representam um segmento social frequentemente excluído da participação social”.

As ações inclusivas de um modo geral ainda são tímidas. Para o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2008, p. 21), “a sociedade tem certamente uma enorme dificuldade em entender o outro, o diferente, e aceitá-lo [...]”. No entanto é inegável alguns avanços, tanto no exterior quanto no Brasil. O ano Internacional do Deficiente Físico, 1981, pôs a questão em evidência. No Brasil a Constituição promulgada em 1988 bem como leis e decretos mais específicos também contribuíram para uma melhoria quanto ao reconhecimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais e na proposição de ambientes acessíveis.

---

<sup>16</sup> A norma a que se refere o autor é na verdade a emenda de nº 12, de 17/10/1978 à Constituição de 1967.

### 3 INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) cerca de 10% da população mundial é constituída de pessoas com necessidades especiais (INCLUSÃO, 2007). No Brasil estima-se que 24% da população porte alguma necessidade especial (IBGE, 2013). Isso corresponde a mais de 45 milhões de pessoas, a maioria, 32,8%, concentrada no Norte e no Nordeste, as regiões mais pobres do Brasil (NERI, 2003). Esses dados confirmam a assertiva de que há uma relação entre pobreza e deficiência. O que ocorre é que a pobreza limita ou impede que as pessoas nessas condições tenham boa alimentação, saúde, boa assistência médica e educação (NERI, 2003). A pouca formação escolar dificulta a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho contribuindo então para mantê-las na pobreza e conseqüentemente em situação de exclusão (INCLUSÃO..., 2007).

Dessa forma as pessoas com necessidades especiais são duplamente excluídas, primeiro pelas limitações que portam e depois pela classe social a que pertencem.

A exclusão que os portadores de necessidades especiais sofrem vai desde a concepção (estigma) de que devido às lesões que apresentam são incapazes até a inacessibilidade encontrada nos espaços de uso público, as chamadas barreiras, que podem ser arquitetônicas, urbanísticas, tecnológicas e atitudinais ou sociais (SASSAKI, 2010). Entende-se por barreiras arquitetônicas e urbanísticas os obstáculos relacionados ao acesso existente em edifícios de uso público ou privados, como ausência de rampas, portas estreitas, banheiros sem adaptação, elevadores pequenos, sem sinalização em Braille, balcões de atendimento altos, impróprios para pessoas que utilizam cadeira de rodas e todo elemento natural ou edificado que dificulte ou impeça a aproximação, transferência, circulação, permanência e alcance num ambiente (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). As barreiras tecnológicas compreendem os equipamentos objetos e máquinas sem adaptação para pessoas com surdez, membros amputados, cegueira ou baixa visão, etc., já as barreiras atitudinais ou sociais dizem respeito às atitudes e comportamentos das pessoas ditas normais em relação ao portador de necessidades especiais (INCLUSÃO..., 2007)

É possível que as barreiras de um modo geral sejam minimizadas ou removidas com o cumprimento das leis existentes e com a introdução de uma cultura de inclusão que estimule o convívio com as diversidades humanas.

A inclusão social é definida por Sassaki (2010, p. 39) como “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência (além de outras) e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. Desse modo a inclusão social se constitui numa parceria onde a pessoa excluída busca juntamente com essa sociedade que a exclui discutir os problemas e buscar soluções que sejam boas tanto para o indivíduo quanto para a sociedade na qual ele busca inserção.

A inclusão social de pessoas com necessidades especiais encontra abrigo no modelo social de deficiência que, como já mencionado, entende que a deficiência esta na sociedade que precisa se ajustar às diversidades humanas e assim praticar a inclusão social. Sobre essa prática Sassaki afirma que:

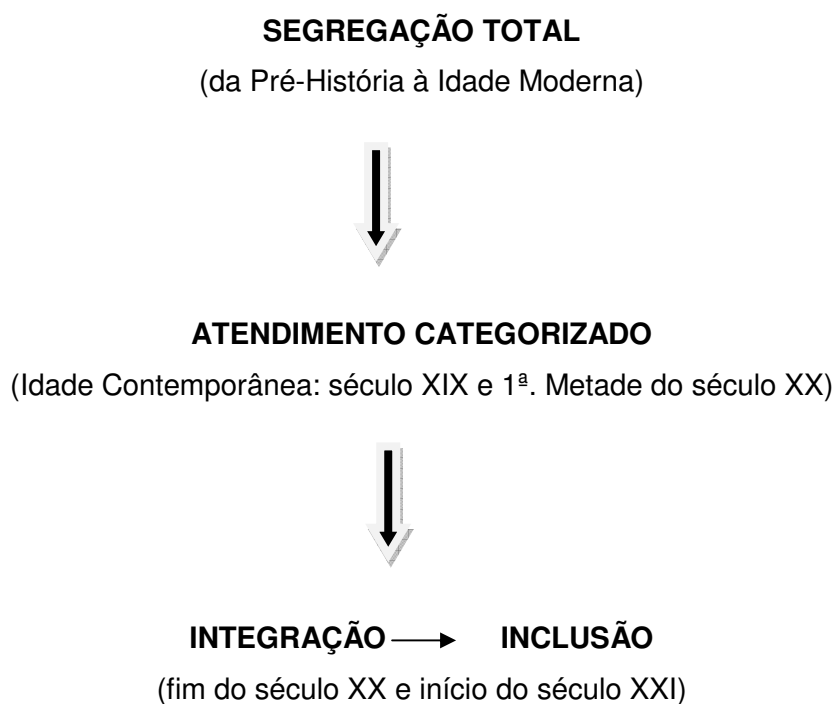
[...] inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. A diversidade humana é representada, principalmente, por origem nacional, sexual, religião, gênero, cor, idade, raça e deficiência. [...] A inclusão social é, portanto, um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com deficiência (SASSAKI, 2010, p. 40).

A inclusão social de pessoas com necessidades especiais faz parte de um processo que se iniciou com projetos de integração, que muito embora pareçam sinônimos os termos apresentam sentidos distintos. A integração significa inserção, ou seja, tem por objetivo inserir o portador de necessidades especiais na sociedade. Parte de uma abordagem médica da deficiência, cuja perspectiva compreende a discriminação e desvantagem como resultado da incapacidade que tem o portador de necessidades especiais de desempenhar determinadas funções (INCLUSÃO..., 2007).

A inclusão tem por finalidade modificar a apreensão, o *status social* do portador de necessidades especiais na sociedade para que o mesmo se desenvolva e possa exercer sua cidadania (SASSAKI, 2010). Nesse sentido uma sociedade inclusiva é a meta a ser alcançada, a mesma garantirá usos mais democráticos e equitativos dos espaços públicos.

A ideia de inclusão social para o portador de necessidades especiais tem início em 1981 quando a Organização das Nações Unidas (ONU) define este ano como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, reconhecendo a partir daí o direito que tem as pessoas com necessidades especiais de fazer parte da sociedade. A partir dessa data várias Nações implementaram políticas de inserção e inclusão social dessas pessoas. Para SassaKi (2010) não se pode dizer que há uma sociedade totalmente inclusiva, o que se vivencia agora é uma fase de transição iniciada na década de 80 e começo de 90 e que se espera atingir a plena inclusão a partir da 2ª Década do século XXI, conforme figura abaixo:

**Figura 1** - Evolução do processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais



**Fonte:** elaboração da autora, 2013.

Segundo o princípio da inclusão total a sociedade através de suas instituições é motivada para criar programas e serviços que sejam capazes de atender plenamente as pessoas com necessidades especiais de modo que estas pessoas possam desfrutar de bem-estar e autonomia. Para Mantoan, Baranauskas e Melo-Solarte (2009), a inclusão é uma proposta que do ponto de vista institucional extingue as categorizações e as oposições excludentes (iguais/diferentes) e do

ponto de vista pessoal busca a flexibilidade e interdependência das partes que constituem a sociedade.

Sassaki (2010) afirma que a inclusão social é um processo resultante dos seguintes fatores:

- a) solidariedade humanitária;
- b) consciência de cidadania;
- c) necessidade de melhoria da qualidade de vida;
- d) investimento econômico;
- e) desenvolvimento social;
- f) crise nos serviços de atendimento às pessoas em geral e à pessoa com necessidades especiais;
- g) empoderamento das pessoas com necessidades especiais;
- h) institucionalização e cumprimento da legislação acerca das pessoas com necessidades especiais e;
- i) pressão internacional, através de realização de convenções e acordos internacionais.

A inclusão total diz respeito à aceitação da pessoa com necessidades especiais em todos os segmentos sociais, ou seja, prevê a prática da acessibilidade arquitetônica e urbana, tecnológica e atitudinal, incluindo o portador de necessidades especiais na cultura, nas artes, no mercado de trabalho, no lazer, nos esportes, no turismo e na educação.

## 4 ENSINO SUPERIOR E INCLUSÃO

A Constituição do Brasil contempla a educação como um dos direitos fundamentais da pessoa (BRASIL, 2003). Assim tem instituído políticas públicas e programas de educação inclusiva com a finalidade de tornar a educação acessível a todas as pessoas, orientando novos caminhos para elaboração e organização de políticas públicas que levem em conta a diversidade da população, diluindo preconceitos e implementando projetos pedagógicos inclusivos (MANTOAN; BARANAUSKAS; MELO-SOLARTE, 2009).

Nesse contexto a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, surge como contraponto à exclusão, “como uma ação política social, cultural e pedagógica, que afirma o princípio da igualdade e da diferença [...]” (MANTOAN et al., 2009, p. 6).

De acordo com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2008) o exercício do direito à educação é indispensável para a construção do ser humano. O conhecimento adquirido no exercício desse direito pode transformar a sua vida. Contudo, apesar do Brasil possuir uma legislação moderna de inclusão e reconhecimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais, na prática vê-se poucos portadores de necessidades especiais frequentando escolas e/ou universidades. Possivelmente as barreiras encontradas por essas pessoas não as encorajam buscar a qualificação profissional e o conhecimento ofertado pelas instituições de ensino superior. Inferi-se então a necessidade de instituir paralelamente aos programas de educação inclusiva uma cultura de inclusão para que pessoas com necessidades especiais se sintam motivadas e seguras para buscar uma formação escolar (INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2008). A exclusão vivenciada por portadores de necessidades especiais, como já mencionada, é um fenômeno histórico, assim como em outros grupos sociais como negros e índios entre outros. Castells (2003, p. 85) concebe a exclusão como:

Processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos de aceder a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos modelos sociais determinados por instituições e valores num dado contexto. [...] Um processo, não uma condição. Desse modo seus limites mantêm-se sempre móveis e os excluídos podem se revezar no processo ao longo do tempo, dependendo de seu grau de escolaridade, características demográficas, preconceitos sociais, práticas empresariais e políticas governamentais.

Um exemplo que corrobora essa afirmação são as mulheres. Por muito tempo foram relegadas a um *status* de coadjuvante na sociedade. Hoje, embora havendo muito por lutar e conquistar desfruta de uma condição mais favorável e equitativa na sociedade.

Para incluir o portador de necessidades especiais no ensino superior é necessário, mais que leis e decretos, formar docentes e aparelhar as instituições de ensino de modo que a inclusão na educação seja uma realidade (INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2008). É indispensável que não somente a sociedade e o Estado percebam e incluam o portador de necessidades especiais, mas também a academia como um todo.

Se no ensino fundamental e médio a presença de alunos com necessidades especiais é pouco percebida, nas instituições de ensino superior alunos com necessidades especiais é quase uma raridade. Mesmo não impedindo o acesso ao ensino superior de pessoas com necessidades especiais muitas dessas instituições por não estarem estruturadas para incluí-las, acabam por excluí-las e o direito a educação lhes é negado (ALCOBA et al., 2008, p. 30), o autor diz que:

Esses estabelecimentos sempre foram organizados visando um grupo específico de pessoas, para as quais eles são plenamente funcionais e acolhedores, tanto em suas características físicas, quanto em sua estrutura de organização laboral e acadêmica. Mas para outras pessoas, os mesmos estabelecimentos podem oferecer uma série de obstáculos que inibem sua atuação de modo geral. As mudanças nem sempre são facilmente aceitas, porque as pessoas resistem em abandonar hábitos e alterar seus modos de viver e conviver. Além disso, seus olhares sobre os outros podem estar carregados de estereótipos que os desqualificam para serem aceitos incondicionalmente na comunidade que os recebe.

Praticar a inclusão de pessoas com necessidades especiais na Universidade é possibilitar uma vida menos excludente. Isso, no entanto, ocorrerá mais pela vontade das pessoas de erradicar as diferenças como aspecto negativo que por força de leis, ainda que modernas e necessárias (ALCOBA et al., 2009).

Um ponto ainda não observado pela sociedade é que há riqueza na diferença. Para Ferreira (1993) quanto maior a nossa diversidade, maior as possibilidades de criação e proposição de novas formas de ver o mundo. Pessoas com necessidades especiais podem agregar conhecimentos e percepções inovadoras e úteis para todos, inclusive para a universidade. A produção do conhecimento surge também a partir do confronto de ideias e de entendimentos distintos de um determinado contexto, possibilidade real encontrada em qualquer pessoa, inclusive nos



portadores de necessidades especiais (ALCOBA et al., 2009). Dessa forma o diferente não subtrai, ao contrário, soma. Alcoba et al. (2009, p. 48), afirma que:

Ficar onde estamos, paralisados pelo medo, talvez seja mais fácil do que atravessar a ponte, para ver o outro lado e perceber que é nos passos dessa travessia que se processam o conhecimento, o cotidiano, o vivido, a dúvida e a possibilidade de infinitas chegadas. Para construirmos uma universidade inclusiva, precisamos afrouxar as fronteiras que nos separam e construir limites permeáveis, que nos ofereçam possibilidades de movimento, de questionamento e de transformação. É necessário olhar para o que está acoplado nas dobras das intenções das nossas relações com as diferenças: um interminável e fascinante desafio!

Para Ferreira (1993, p. 37) “[...] a inclusão pode ser um processo perturbador, pois ele desafia nossas ações nunca refletidas do que realmente significa “normal e comum”.

As universidades, em consonância com o Estado têm praticado algumas políticas de inclusão favorecendo o acesso e a permanência de alguns grupos excluídos, inclusive a segunda versão do Anteprojeto de Lei da Educação Superior determina o percentual de 5% do orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para utilização em ações destinadas a assistência estudantil (BRASIL, 2006). Para o autor a maioria dos programas de democratização do ensino universitário se preocupa em dar acesso a alunos que realizaram o ensino fundamental e médio em condições precárias, sem oportunidade de desenvolver plenamente suas capacidades de aprendizagem; também encontram abrigo nas políticas de inclusão alunos que pertencem a grupos étnicos historicamente discriminados, ou seja, afrodescendentes e índios. Os portadores de necessidades especiais não são plenamente contemplados, as políticas afirmativas são negativas para esse segmento da sociedade. A invisibilidade dessas pessoas fica clara quando nos debates sobre políticas afirmativas e até mesmo na literatura acerca dos programas de inclusão no ensino superior o foco principal é a política de cotas (acesso) e a permanência do discente na universidade, não há um texto direcionado às pessoas com necessidades especiais.

A partir dessa reflexão pode-se inferir que mesmo havendo iniciativas por parte do Estado e da Academia para inclusão de grupos historicamente excluídos do ensino superior o fato é que os programas de inclusão universitária deixa a desejar no que se refere à inclusão de portadores de necessidades especiais.

Outro ponto a ser refletido diz respeito às responsabilidades de cada segmento social. Na Constituição da República a educação é de responsabilidade do Estado, da sociedade e da família (BRASIL, 2003). Na Declaração de Salamanca as Universidades têm papel fundamental no processo de Educação Inclusiva, não somente como instituição formadora de profissionais capacitados para lidar e formar pessoas com necessidades especiais, como também por ser uma instituição apta a desenvolver pesquisas em todas as áreas do conhecimento, inclusive em educação com toda transversalidade que permeia essa temática (UNESCO, 1994).

## 5 ACESSIBILIDADE: marcos legais

Do ponto de vista legal os portadores de necessidades especiais estão amparados por leis, decretos, portarias, normas e programas bem como por institutos empenhados em garantir direitos e acesso a informação.

No Brasil, as primeiras iniciativas para atendimento específico aos portadores de necessidades especiais que se tem notícia remontam ao Brasil Império. Em 1854 foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC); em 1857 foi criado o Instituto dos Surdos Mudos, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES) (MENEZES; SANTOS, 2002).

No começo do século XX, em 1926, foi criado o Instituto Pestalozzi, com o objetivo de atender pessoas com necessidades intelectuais. Em 1954 foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (MENEZES; SANTOS, 2002).

A partir da década de 40 do século XX observa-se o surgimento de leis com o objetivo de garantir os direitos das pessoas com necessidades especiais. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 faz menção aos portadores de necessidades especiais. O referido decreto, que tratava dos Crimes Contra a Organização do Trabalho, em seu artigo 203, determina pena de um a dois anos de detenção e multa, além da pena correspondente à violência, a quem frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurada pela legislação do trabalho, diz no 2º parágrafo que a pena será aumentada de um sexto a um terço se a vítima for menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental (BRASIL, 2009c).

Em 1961<sup>17</sup> o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais é contemplado pela Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDBEN) – Lei nº 4.024/61, alterada em 1971 pela Lei nº 5.672, artigos 88 e 89:

**Art. 88.** A educação de excepcionais deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

**Art. 89.** Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 2012).

---

<sup>17</sup> Em 1996 a LDBEN foi atualizada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

De acordo com Sassaki (2010) o Brasil possui uma legislação rica e variada, porém é necessário atentar que alguns textos apresentam pontos danosos para as pessoas com necessidades especiais e cita alguns exemplos, entre os quais o inciso VIII, da Constituição onde se lê: “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão” (BRASIL, 2003, p. 88). Para Sassaki (2010, p. 158) “esta lei funciona como discriminação às avessas”, e vai mais além: “[...] é tão errada esta atitude de reserva de vagas quanto a noção de que cada pessoa com deficiência só pode exercer determinadas funções ou profissões dependendo do tipo de deficiência que ela tenha”. Mais adiante o autor afirma que:

[...] são cada vez mais necessárias as leis de caráter inclusivista, caminho ideal para que todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam sentir que realmente pertencem à sociedade, com oportunidades iguais de participação como cidadãos de cada país. [...] é preciso rever toda a legislação pertinente à deficiência, levando em conta a constante transformação social e a evolução dos conhecimentos sobre a pessoa com deficiência (SASSAKI, 2010, p. 159).

Apesar de haver necessidade de uma revisão não apenas no conteúdo como também nos termos utilizados para designar as pessoas com necessidades especiais é indiscutível que a legislação tem o objetivo de garantir os direitos desses cidadãos. É possível que tão necessário quanto às leis seja instituir políticas que visem à criação de uma cultura de inclusão em todos os segmentos sociais. No que diz respeito à legislação, ainda que a mesma apresente falhas, o fato é que são fundamentais para garantir os direitos das pessoas com necessidades especiais.

A Lei nº 10.098 (BRASIL, 2000), regulamentada pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, trata da acessibilidade, estabelecendo normas gerais e critérios básicos é um marco na proposição de acessibilidade no Brasil, determinando a eliminação de obstáculos em todos os aspectos. Além de tratar da supressão de barreiras a Lei de Acessibilidade também define no capítulo I, 2º. Parágrafo, alguns termos e seus significados, os quais listamos a seguir:

- I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:
  - a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

- b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;
- III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;
- IV – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;
- V – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;
- VI – ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico (BRASIL, 2002, p. 166).

A Lei nº 10.098 abarca aspectos pertinentes à questão da acessibilidade tais como planejamento e mobiliário urbano, acessibilidade nos edifícios de uso público e privado, transporte coletivo, sistemas de comunicação e sinalização, ajudas técnicas, além de instituir o Programa Nacional de Acessibilidade com orçamento específico (BRASIL, 2000).

Algumas leis e decretos anteriores a Constituição de 1988, foram implementadas com o objetivo de reconhecer alguns direitos de pessoas com necessidades especiais, entre as quais se destacam o Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 que trata dos crimes contra a organização do trabalho (BRASIL, 2009c), o Decreto –Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 2009d), a Lei nº 1.521 de 26 de dezembro de 1951 que altera dispositivos da legislação acerca de crimes contra a economia popular (BRASIL, 2009e) e a Lei nº 7.070 de 20 de dezembro de 1982 que institui pensão especial para os portadores de necessidades especiais (BRASIL, 2009f). Contudo é com a Constituição de 1988 que o reconhecimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais se torna mais explícito. No capítulo I sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5, encontramos:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...] (BRASIL, 2003, p. 20).

Esse capítulo já evidencia, ainda que não mencione os portadores de necessidades especiais, a igualdade de todos, tornando inconstitucional a discriminação contra essas pessoas. No capítulo II que trata dos Direitos Sociais, Artigo 7, lê-se:

Art. 7 – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (BRASIL, 2003, p. 29).

A Constituição ainda mencionará os portadores de necessidades especiais em outros momentos os quais se destacam: no capítulo II (da União), artigos 23 e 24; capítulo VII (da Administração Pública) artigo 37, inciso VIII; capítulo II (da Seguridade Social) seção IV, artigo 203, incisos IV e V. No capítulo III que trata da Educação, da Cultura e do Desporto na seção I – da Educação, lê-se:

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...] (BRASIL, 2003 p. 88).

No capítulo que trata das Disposições Constitucionais Gerais, artigo 244, lê-se:

A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º (BRASIL, 2003 p. 125).

Como já mencionado anteriormente a Constituição de 1988 dispõe de forma mais clara sobre a proteção das pessoas com necessidades especiais, dando origem a uma legislação mais específica. Além da Constituição e da Lei nº 10.098 destaca-se a NBR nº 9050 que normatiza ações com o propósito de promover a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. Os objetivos da NBR nº 9050 compreendem:

**1.1** Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

**1.2** No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como: próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas

assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais.

**1.3** Esta Norma visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

**1.3.1** Todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis.

**1.3.2** Edificações e equipamentos urbanos que venham a ser reformados devem ser tornados acessíveis. Em reformas parciais, a parte reformada deve ser tornada acessível.

**1.3.3** As edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais devem ser acessíveis em suas áreas de uso comum, sendo facultativa a aplicação do disposto nesta Norma em edificações unifamiliares. As unidades autônomas acessíveis devem ser localizadas em rota acessível.

**1.3.4** As entradas e áreas de serviço ou de acesso restrito, tais como casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico etc., não necessitam ser acessíveis (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 1).

A NBR nº 9050 por conter detalhadamente as especificações para a promoção da acessibilidade física se constitui também num guia para se averiguar a existência ou não de acessibilidade física nos ambientes, o que a torna documento indispensável para arquitetos, gestores e portadores de necessidades especiais.

A Lei de número 7.853, de 24 de outubro de 1989 explicita o apoio que deve ser dado às pessoas com necessidades especiais, concernente a sua integração social, disciplina a atuação do Ministério Público, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos desses indivíduos, dispõe também sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE) (BRASIL, 2009g, p. 97). Esta Lei estabelece as normas gerais para o pleno exercício dos direitos sociais e individuais das pessoas com necessidades especiais, considerando na sua aplicação os valores básicos de igualdade de tratamento e oportunidade, justiça social, de dignidade da pessoa humana, de bem estar entre outros mencionados na Constituição. Define que o poder público e seus órgãos tem a responsabilidade de garantir o pleno exercício dos direitos básicos do cidadão portador de necessidades especiais entre os quais citam-se a saúde, o trabalho, o lazer e a educação. Se referindo à educação estabelece que os portadores de necessidades especiais sejam incluídos e inseridos no sistema educacional, garantia de acesso aos benefícios que desfrutam pessoas que não portam necessidades

especiais como material escolar, merenda e bolsas de estudo (BRASIL, 2009g). No artigo 2, item V, alínea a, se referindo às edificações determina que:

a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte (BRASIL, 2009g, p. 101).

No artigo 12 a referida Lei define as competências da CORDE:

- I – coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência;
- II – elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;
- III – acompanhar e orientar a execução, pela administração pública federal, dos planos, programas e projetos mencionados no inciso anterior;
- IV – manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;
- V – manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito federal, e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- VI – provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil de que trata esta lei, e indicando-lhe os elementos de convicção;
- VII – emitir opinião sobre acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da administração pública federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- VIII – promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência, visando à conscientização da sociedade (BRASIL, 2009g, p. 105).

No que diz respeito à Educação a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; no capítulo V discorre sobre a educação especial para pessoas portadoras de necessidades especiais. O texto especifica a necessidade da inclusão no sistema educacional dessas pessoas deixando claro a responsabilidade do Estado em lhes assegurar o direito à educação (BRASIL, 2009h). Em 2001 a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro, aprova o Plano Nacional de Educação, no qual afirma que a plena integração de pessoas com necessidades especiais deve ser a diretriz norteadora (BRASIL, 2009i). Tanto a Lei nº 9.394 como a Lei nº 10.172 se refere especificamente à educação fundamental e ao ensino



médio. O anexo da Lei nº 10.172 que trata do Plano Nacional de Educação deixa claro não haver dados sobre o atendimento a portadores de necessidades especiais no ensino superior (BRASIL, 2009i).

A legislação que contempla os direitos dos portadores de necessidades especiais no ensino superior se dá através da Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999, revogada pela Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais e condiciona a autorização e reconhecimento de cursos bem como o credenciamento de instituições de ensino superior à proposição de ambientes acessíveis (BRASIL. Ministério da Educação, 1999, 2003). No 1º artigo a portaria determina que os requisitos de acessibilidade sejam considerados na avaliação das condições de oferta de cursos superiores (BRASIL. Ministério da Educação, 2003) e no 2º artigo estabelece que a NBR nº 9.050 seja o instrumento de referência para tal avaliação (BRASIL. Ministério da Educação, 2003). Os requisitos de acessibilidade a que se refere à portaria diz respeito a eliminação de barreiras arquitetônicas, reservas de vagas nos estacionamento, adaptação de espaços de uso coletivo e instalação de equipamentos e máquinas como bebedouros, elevadores, telefones públicos, sistema de síntese de voz, *softwares* especiais, régua de leituras, lupas e toda ajuda técnica necessária (BRASIL. Ministério da Educação, 2003). Determina ainda que as instituições de ensino superior adotem planos de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile, que propicie ao aluno com necessidade auditiva intérprete de língua de sinais entre outras recomendações (BRASIL. Ministério da Educação, 2003).

No cenário internacional dois eventos merecem destaque especial: a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que redigiu a Declaração de Salamanca, realizada na cidade de Salamanca na Espanha em 1994 e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 3.956, em 2001 (BRASIL, 2009a). A Declaração de Salamanca reforça o direito à educação que tem o portador de necessidades especiais bem como a obrigação do Estado em implementar ações no sentido de incluir o portador de necessidades especiais em todos os aspectos (INCLUSÃO..., 2007).

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada na

Guatemala, em 1999, promulgada pelo Decreto nº 3.956 (BRASIL, 2009a) reafirma a igualdade de direitos entre pessoas com necessidades especiais e pessoas sem necessidades especiais, adotando como princípio norteador a justiça e a segurança como pressupostos para a paz duradoura. O objetivo da Convenção é explicitado no 2º Artigo: “prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade”. (BRASIL, 2009a p. 306). Para atingir esse objetivo será necessário empreender ações de caráter social, educacional e jurídico; empreender esforços na prevenção das deficiências preveníveis e prestar assistência àquelas não preveníveis, detectando e tratando o mais precocemente possível, promovendo a reabilitação, a educação, a garantia dos direitos dessas pessoas, lhes incluindo socialmente bem como criar a cultura da inclusão eliminando preconceitos e estereótipos (BRASIL, 2009a).

O texto da Convenção Interamericana para a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio de Decreto Legislativo, sob o nº 198, em 13 de junho de 2001 e sancionado pelo Presidente da República em 8 de outubro do mesmo ano (BRASIL, 2012). Estes dois eventos repercutiram positivamente e foram incorporados na legislação e nas políticas de inclusão do Brasil.

## 6 TRILHA METODOLÓGICA

De acordo com Demo (1995, p. 11) o significado etimológico de metodologia é “o estudo dos caminhos dos instrumentos usados para se fazer ciência”, ou seja, a metodologia expõe os caminhos seguidos pelo pesquisador para confirmar ou refutar uma suposição ou resolução de um problema. Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo e descritivo. Para Richardson (2010) quando se quer investigar problemas complexos, analisando as variáveis que permeiam esse problema o método qualitativo é o mais recomendado. De acordo com Gaskell (2008, p. 68) “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Para Richardson (2010, p. 79) o método qualitativo se aplica “por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

Dessa forma essa pesquisa se constitui numa abordagem qualitativa, pois compreende a acessibilidade como uma questão complexa, que envolve entendimentos e sujeitos diversos. É também descritiva, pois de acordo com Vergara (2010, p. 47) a pesquisa é descritiva quando “expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza”, propósito da presente pesquisa.

Assim para a realização dessa pesquisa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo que segundo Richardson (2010) permite que o pesquisador compreenda melhor o conteúdo do discurso e identifique e aprofunde características de um universo.

### 6.1 Campo de investigação

Essa pesquisa se desenvolve na Universidade Federal de Pernambuco, incluindo não somente o *Campi* Recife como também o Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão e o Centro Acadêmico do Agreste no município de Caruaru.

### **6.1.1 Caracterização do Campo de Pesquisa: Universidade Federal de Pernambuco<sup>18</sup>**

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) é uma instituição autárquica de regime especial de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Sua estrutura é *multi-campi* com unidades avançadas nos municípios de Vitória de Santo Antão (CAV) e Caruaru (CAA).

Oficialmente a UFPE foi criada em 11 de agosto de 1946 com a denominação de Universidade do Recife (UR), através do Decreto-Lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946. A Universidade do Recife se formou pela junção da Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Medicina do Recife com as escolas anexas de Farmácia e Odontologia, Escola de Engenharia de Pernambuco, Escola de Belas Artes de Pernambuco e a faculdade de Filosofia do Recife. Após 19 anos a UR foi integrada ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do Brasil e recebeu a denominação de Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, vinculada ao MEC.

O professor Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas foi o primeiro reitor da UFPE, em seguida temos: João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, Newton Maia, Murilo Humberto de Barros Guimarães, Marcionilo de Barros Lins, Paulo Frederico do Rego Maciel, Geraldo Lafayette Bezerra, Geraldo Calábria Lapenda, George Browne do Rêgo, Edinaldo Gomes Bastos, Éfrem de Aguiar Maranhão, Mozart Neves Ramos, Amaro Henrique Pessoa Lins. Atualmente a UFPE é administrada pelo reitor Anísio Brasileiro.

No Campus Recife, são mais de 40 prédios, entre os quais citamos os centros acadêmicos: Centro de Artes e Comunicação (CAC), Centro de Ciências Biológicas (CCB), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Centro Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Centro de Educação (CE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Informática (CIN), Centro de Tecnologia e Geociências (CTG), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), este localizado fora do campus. No Interior, estão o Centro Acadêmico do Agreste (CAA), em Caruaru, e o Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (CAV), localizado na Zona da Mata Norte (num total de 11 centros), 8

---

<sup>18</sup> Seção baseada em: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Indicadores**. 2012. Disponível em: <<http://www.ufpe.br>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

Órgãos Suplementares, Centro de Convenções, Concha Acústica, Clube Universitário, Creche, Casas dos Estudantes Masculina e Feminina e o Restaurante Universitário. Fora do campus, em Recife, o Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias, o Centro Cultural Benfica, o Memorial de Medicina e o Núcleo de Educação Continuada.

Os edifícios que compõem a UFPE, na maioria, foram construídos entre as décadas de 60 e 80 do século XX. Entre as construções mais recentes estão o CIN, o CAV e o CAA, edificadas nos últimos 8 anos.

Para atender às demandas crescentes registradas nos últimos anos, houve expansão arquitetônica, ampliação no número de vagas bem como a oferta de novos cursos em todos os centros.

A UFPE possui uma população discente de 26.280 alunos, distribuídos em 96 cursos de graduação (03 cursos de graduação à distância com 545 vagas em cursos de licenciaturas). No que diz respeito à pós-graduação (*stricto sensu*) são 2.725 alunos nos 65 mestrados acadêmicos, 361 nos 6 mestrados profissionais, 1.631 em 45 doutorados e 1.311 nos 64 cursos de especialização (*lato sensu*), num total de 32.308 alunos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2013).

Dos 96 cursos de graduação ofertados atualmente 22 foram credenciados a partir de 2001, os quais citamos: Ciências Atuárias, Cinema e Audiovisuais, Gestão da Informação, Museologia, Arqueologia, Dança, Engenharia Biomédica, Engenharia de Produção, Engenharia Naval, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Controle e Automação, engenharia de energia, Engenharia de Materiais, Expressão Gráfica, Hotelaria, Oceanografia, Rádio TV e Internet, Sistemas de Informação, Artes Visuais, Design, Saúde Coletiva e Ciências Ambientais. Além destes alguns cursos já existentes no *Campi* Recife foram ofertados no CAV e no CAA.

## 6.2 População e amostra

Para Vergara (2010, p. 46) população diz respeito a “um conjunto de elementos (empresa, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características que serão objeto de estudo”. No que diz respeito à amostra Trivinos (1987) diz que de forma geral a quantificação da amostragem não é a preocupação de pesquisas qualitativas, a mesma pode ser construída intencionalmente, considerando aspectos como os sujeitos tomados como essenciais pelo

investigador, facilidade para se identificar esses sujeitos, disponibilidade dos pesquisados, entre outros fatores. Quanto ao tamanho da amostra em pesquisa qualitativa Turato (2003, p. 351-352) nos diz que:

[...] pesquisas em que seres humanos são os alvos do estudo é impossível, por razões práticas, abordar todos os sujeitos que compõem o grupo de interesse do pesquisador, salvo quando o recorte do objeto de estudo compreenda comunidades numericamente restritas [...].

Desse modo esta pesquisa terá como população os 12 alunos com necessidades especiais que se disponibilizaram a participar dessa pesquisa, os quais ingressaram na UFPE no período compreendido entre 2008 a 2012. Para chegarmos a esse número utilizamos como ponto de partida ou referencial de amostragem<sup>19</sup> uma relação de alunos inscritos na UFPE no período de 2008 a 2012 fornecida pela Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROACAD). Desta relação 12 alunos acusaram interesse em participar da pesquisa, número que compõe nossa população e destes 8 foram entrevistados formando assim a nossa amostra.

### 6.3 Instrumento de coleta de dados

Nesta investigação foram utilizados dois instrumentos de pesquisa: a entrevista e a fotografia.

A entrevista (semiestruturada) foi aplicada aos alunos portadores de necessidades especiais que ingressaram na UFPE no período de 2008 a 2012. Para Richardson (2010, p. 208), “A entrevista não estruturada procura saber como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita”. A entrevista é um instrumento bastante flexível e comumente utilizado nas pesquisas qualitativas (GIL, 2010). Gaskell (2008, p. 65) afirma que:

A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é a uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

Richardson (2010, p. 207, grifo do autor) diz que a entrevista “é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as

---

<sup>19</sup> Referencial de amostragem de acordo com Bauer e Aarts (2008, p. 41) se refere a uma lista ou relação específica de unidades ou sujeitos que serão levadas em conta na construção da amostragem, cada item dessa lista diz respeito a um elemento da população.

peessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa **A** a uma pessoa **B**".

Para a realização das entrevistas utilizamos um roteiro com 9 perguntas, estruturadas de modo a contemplar as três principais barreiras à acessibilidade, ou seja, **barreiras arquitetônicas**, aquelas caracterizadas pelos obstáculos encontrados tanto no acesso quanto no interior de edificações públicas ou privadas (INCLUSÃO..., 2007); **barreiras tecnológicas**, aquelas que dizem respeito às dificuldades encontradas no uso de máquinas e equipamentos (INCLUSÃO..., 2007). Por fim temos questões relacionadas às **barreiras atitudinais** ou sociais, as quais se referem às condutas, ao tratamento dispensado às pessoas com necessidades especiais (INCLUSÃO..., 2007).

O segundo instrumento utilizado na coleta de dados foi a fotografia dos centros da UFPE, incluindo o *Campi* de Vitória de Santo Antão (CAV) e o *Campi* Avançado do Agreste (CAA), localizado no município de Caruaru<sup>20</sup>. O recurso imagético utilizado não foi objeto de análise, sua finalidade foi dar suporte aos resultados obtidos no estudo. O roteiro de entrevista utilizado nesta investigação foi elaborado em consonância com os objetivos a serem alcançados. As questões propostas foram divididas de acordo com as principais barreiras existentes no que se refere a proposição de acessibilidade, ou seja, barreiras arquitetônicas, tecnológicas e atitudinais. Para a preservação das identidades de nossos entrevistados optamos por nomeá-los por **E** se referindo a entrevistado seguido por número de forma sequencial: E1, E2...E8.

O uso de imagem na pesquisa qualitativa é defendido por Loizos (2008, p. 137) onde afirma que "a imagem, com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais-concretos, materiais". O autor diz que:

o mundo em que vivemos é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação, cujos resultados, muitas vezes dependem de elementos visuais. Consequentemente, 'o visual' e a 'mídia' desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica (LOIZOS, 2008, p. 138).

Nesta pesquisa as barreiras arquitetônicas existentes foram expostas através do recurso imagético acima citado. Foram fotografados pela pesquisadora os acessos físicos (entradas, passeios, rampas e portas), espaços de permanência e

<sup>20</sup> A pesquisadora aplicou este instrumento com autorização da direção dos centros da UFPE.

uso coletivo (salas de aula, laboratórios, ambientes de convivência, banheiros, bibliotecas), mobiliário e equipamentos (carteiras escolares, mobiliário de bibliotecas, bebedouros).

#### 6.4 Coleta de dados

A coleta dos dados foi realizada pela pesquisadora a partir das entrevistas realizadas com alunos portadores de necessidades especiais. Como mencionado anteriormente esses alunos foram localizados a partir de uma relação obtida na PROACAD, a qual relacionou 72 indivíduos que ingressaram na UFPE a partir de 2008. Além dos nomes dos alunos com necessidades especiais esse documento continha o nome do curso, CPF, e identificação da necessidade que portavam. A partir dessa relação foi possível levantar informações como telefone, e-mail, endereço, e situação acadêmica, ou seja, verificar se os alunos estavam matriculados, afastados e/ou haviam concluído o curso no qual se matricularam. Para obtenção dessas informações foi utilizado o sistema Pergamum<sup>21</sup>, *software* utilizado pelo Sistema de Bibliotecas da UFPE, o qual foi utilizado para contatar os alunos e solicitar a colaboração dos mesmos na pesquisa.

Antes de iniciar as entrevistas foi realizado o pré-teste com um ex-aluno da UFPE, hoje servidor, com necessidade especial motora, com o objetivo de identificar falhas e comprovar a compreensão das questões propostas. A realização do pré-teste é recomendado por se tratar de um recurso para identificar necessidade de alterações e existência de falhas corrigindo-as antes da aplicação do instrumento de coleta de dados (RICHARDSON, 2010). A aplicação do pré-teste mostrou ser desnecessário realizar modificações no roteiro de entrevista.

Os primeiros contatos foram realizados a partir de e-mails enviados aos 72 alunos identificados como portadores de necessidades especiais. Antes de enviar os e-mails foi levantado no sistema Pergamum a situação acadêmica de todos os alunos listados com necessidades especiais e tivemos como resposta que 01 havia

---

<sup>21</sup> A razão da escolha do *software* Pergamum se deve ao fato do referido software ser atualizado e constantemente alimentado. Dessa forma quando um aluno tranca a matrícula, abandona o curso ou o conclui o sistema informa ao operador. O SIGA, Sistema de Informações da UFPE tem essas informações, porém não os disponibiliza para pessoas que não trabalhem no Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI/UFPE). O software Pergamum, utilizado pelo Sistema de Bibliotecas, também não pode ser operado por pessoas não pertencem ao Sistema de Bibliotecas da UFPE, porém como a pesquisadora é bibliotecária do referido Sistema foi possível levantar as informações necessárias para contatar os alunos com necessidades especiais da UFPE.



concluído o curso e 7 alunos estavam afastados por trancamento de matrícula ou abandono de curso. Enviamos então e-mails para 64 alunos os quais obtivemos retorno de 12 demonstrando interesse em participar da pesquisa, destes 8 foram efetivamente entrevistados. A partir das respostas por correio eletrônico daqueles que se mostraram receptivos à pesquisa foi utilizado também o contato telefônico, principalmente quando o entrevistado portava necessidade especial visual.

As entrevistas ocorreram nos locais de estudo dos alunos, isto porque houve o entendimento de que o processo deveria ocorrer de modo o mais cômodo possível para eles. Todos os entrevistados foram informados da natureza e objetivo da pesquisa, assim como do sigilo de suas identidades. Todos os sujeitos concordaram com a gravação da entrevista, as mesmas transcorreram em ambiente de cordialidade.

Todas as entrevistas foram gravadas, com exceção para um entrevistado com necessidade auditiva, o mesmo apresentava dificuldade na fala e entendeu ser melhor que suas impressões sobre acessibilidade fossem escritas.

#### **6.4.1 Caracterização dos sujeitos**

Há prevalência entre os entrevistados de necessidades sensoriais (visão e audição) e motoras (monoparesia, obesidade e mobilidade reduzida). Um entrevistado apresenta mais de uma necessidade: sensorial (baixa visão) e motora: obesidade e amputação de membro. A maioria é do sexo feminino (7) e apenas 1 do sexo masculino, 2 são concluintes, 2 estão no 1º período, 2 estão no 2º período e 1 está no 3º período e 1 está no 4º, conforme quadro abaixo. Esses aspectos corroboram as informações do Censo 2010 no que diz respeito a dados sobre gênero e tipologia das lesões registradas pelos entrevistados, ou seja, entre os indivíduos que apresentam alguma necessidade especial a maioria é do sexo feminino e no que tange às necessidades que portam a maioria apresenta necessidades sensoriais, principalmente visuais (IBGE, 2013).

**Quadro 1 - Caracterização dos sujeitos**

| SEXO | NECESSIDADE ESPECIAL |
|------|----------------------|
|------|----------------------|

Fonte: Dados da pesquisa, janeiro 2013

Continua...

**Quadro 1 -** Caracterização dos sujeitos

| MASCULINO                 | FEMININO                   | VISUAL   | AUDITIVA | MOTORA   |
|---------------------------|----------------------------|----------|----------|----------|
|                           | <b>E1</b><br>(1º. período) |          | <b>X</b> |          |
|                           | <b>E2</b><br>(4º. período) | <b>X</b> |          |          |
|                           | <b>E3</b><br>(1º. período) | <b>X</b> |          |          |
|                           | <b>E4</b><br>(2º. período) | <b>X</b> |          |          |
| <b>E5</b><br>(Concluente) |                            | <b>X</b> |          | <b>X</b> |
|                           | <b>E6</b><br>(3º. período) |          |          | <b>X</b> |
|                           | <b>E7</b><br>(2º. período) | <b>X</b> |          |          |
|                           | <b>E8</b><br>(Concluente)  | <b>X</b> |          |          |

Fonte: elaboração da autora, 2013.

Conclusão

Quanto à distribuição dos entrevistados por centros, o Centro de Artes e Comunicação é o que apresenta o maior número de alunos com necessidades especiais acusando 03 alunos, em seguida temos o Centro de Ciências Biológicas com 02 alunos, Centro de Ciências Jurídicas, Centro de Educação e Centro de Filosofia e Ciências Humanas com 01 aluno respectivamente, conforme quadro abaixo.

**Quadro 2 -** Distribuição dos entrevistados por centro da UFPE

| CENTROS    | APNE*    |
|------------|----------|
| <b>CAA</b> | -        |
| <b>CAC</b> | <b>3</b> |
| <b>CAV</b> | -        |

Fonte: elaboração da autora, 2013. Continua...

|             |          |
|-------------|----------|
| <b>CCB</b>  | <b>2</b> |
| <b>CCEN</b> | <b>-</b> |
| <b>CCJ</b>  | <b>1</b> |
| <b>CCS</b>  | <b>-</b> |
| <b>CCSA</b> | <b>-</b> |
| <b>CE</b>   | <b>1</b> |
| <b>CFCH</b> | <b>1</b> |
| <b>CIN</b>  | <b>-</b> |

**Fonte:** elaboração da autora, 2013. Conclusão

\*Alunos portadores de necessidades especiais

## 6.5 Análise dos dados

Esta fase da pesquisa ocorreu a partir das informações obtidas na realização das entrevistas. Essas informações foram gravadas, transcritas, lidas e sistematizadas de acordo com a técnica de análise de conteúdo. Sobre esta técnica Richardson (2010, p. 86) nos diz que:

A análise de conteúdo estuda os símbolos empregados, isto é, as palavras ou temas que são, inicialmente, selecionados e, a partir daí verifica-se a frequência relativa de sua aparição em uma obra ou em diferentes tipos de comunicação. No caso de temas, embora se venha a medir a sua frequência relativa em diversos tipos de comunicação, torna-se necessário desdobrá-los e interpretar expressões, frases, parágrafos e, naturalmente, classificá-los em categorias adequadas.

Na aplicação da técnica de análise de conteúdo utilizamos como base norteadora a obra de Bardin que a conceitua como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não), que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 37).

Para o tratamento qualitativo das informações colhidas dividimos a entrevista em 3 eixos, os quais foram definidos a partir do segundo objetivo da pesquisa (identificação de barreiras) e, em consonância com a técnica adotada, estabelecemos 2 classificações: *unidades de registro*, *unidades de contexto*, as quais serão aprofundadas mais adiante.

De acordo com Bardin (2004) a análise de conteúdo estrutura-se em 3 fases: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados/inferências/interpretações.

A primeira fase, a **Pré-análise**, compreende a organização e o planejamento da análise. Para Richardson (2010) essa é uma fase flexível que permite que o pesquisador elimine, substitua e introduza elementos que considere pertinentes. Nesse momento o pesquisador define os dados que serão submetidos à análise, formula hipóteses e objetivos e constrói indicadores que lhe fundamenta a interpretação final. Esta fase abarca os seguintes desdobramentos:

- a) leitura flutuante: quando se dá o contato inicial com o material a ser trabalhado, é quando o pesquisador ler exaustivamente o material coletado com o objetivo de compreender melhor o conteúdo a ser analisado (BARDIN, 2004).
- b) escolha dos documentos: é o momento em que o pesquisador determina os documentos com os quais vai trabalhar. Bardin (2004) denomina essa fase de *Corpus* designando como o conjunto de documentos escolhidos que serão analisados. O *corpus* desta pesquisa compreende as transcrições das entrevistas realizadas. Bardin (2004) diz que a constituição do corpus de uma pesquisa pressupõe algumas regras: regra da exaustividade, regra da representatividade, regra da homogeneidade e regra de pertinência. Neste estudo seguimos as regras de: exaustividade, considerando todas as entrevistas realizadas; **homogeneidade**, pois todas as entrevistas abordaram o mesmo tema e foram realizadas com a mesma técnica e por fim a **pertinência**, pois os documentos eram coerentes com o objetivo da pesquisa.
- c) formulação dos objetivos: nesta fase foram levados em conta os objetivos da pesquisa. Para Bardin (2004, p. 92) o objetivo diz respeito é a “finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma estância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no os resultados obtidos serão utilizados”.
- d) preparação do material: nesta etapa os dados são reunidos e preparados para a análise, no que diz respeito a esta pesquisa trata-se das transcrições das entrevistas integralmente e organizadas de modo a constituir novos documentos.

e) codificação: nesta etapa utilizamos duas codificações na análise dos depoimentos transcritos: **unidade de registro** (UR) que de acordo com Bardin (2004, p. 98) “é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização”, trata-se então de uma unidade de recorte da qual se fará a segmentação para a análise a unidade de conteúdo (UC). As unidades de registros podem ser definidas por uma frase ou parte dela, uma palavra, são fragmentos de depoimentos que são retirados do todo o qual é chamado de unidade de contexto, definido abaixo.

**Unidade de contexto** são segmentos de mensagens maiores que as unidades de registro e permitem compreender as unidades de registro. Para Bardin (2004, p. 100) “a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro [...], são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registro”. As unidades de contexto podem fornecer várias unidades de registro, elementos que serão codificados.

f) categorização: essa fase compreende as etapas de codificação das informações coletadas. A categorização não é uma etapa obrigatória na análise de conteúdo, no entanto é comum em estudos que utilizam essa técnica. Sobre categoria Bardin (2004, p. 111), afirma:

As categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

Nesta pesquisa as categorias foram inferidas desde a construção do quadro teórico, especificamente quando tratamos dos tipos de barreiras existentes na proposição de ambientes acessíveis, o que influenciou também na montagem do roteiro de entrevista, a mesma se constitui de três partes as quais compõem nossos três eixos: na primeira parte os entrevistados falam sobre o que e como percebem as barreiras arquitetônicas (arquitetura, ergonomia, *layout*, circulação, iluminação, usabilidade de ambientes e segurança), na parte seguinte são abordadas questões sobre barreiras tecnológicas, quando os entrevistados respondem sobre máquinas e *softwares*, e por fim na terceira parte os entrevistados são questionados sobre discriminação e como percebem a acessibilidade na UFPE. Assim temos:

**Eixo 1: Acessibilidade/Arquitetura/Ergonomia** (olhar do aluno)

**1ª Categoria:** Acessibilidade no ambiente de estudo;

**2ª Categoria:** Obstáculos e insegurança nos espaços de circulação;

**3ª Categoria:** Permanência, uso e trânsito em ambientes de uso coletivo;

**4ª Categoria:** Sinalização;

**5ª Categoria:** Ergonomia;

**6ª Categoria:** Iluminação;

## **Eixo 2: Barreiras tecnológicas**

**Categoria única:** Máquinas e *softwares*

## **Eixo 3: Barreiras atitudinais**

**1ª Categoria:** Preconceitos e convivência aluno/servidor;

**2ª Categoria:** Acessibilidade na UFPE

A segunda fase compreende a **exploração do material**, ou seja, são realizadas as operações de codificação e decomposição ou enumeração a partir de regras anteriormente formuladas, levando em consideração as nove questões propostas aos oito entrevistados e suas setenta e duas respostas analisadas.

A terceira e última fase é o **tratamento e interpretação dos resultados**, no qual os resultados obtidos a partir dos procedimentos efetuados na fase anterior são tratados de modo a se tornarem significativos e válidos. É o momento em que relacionamos os resultados da pesquisa com o quadro teórico e os objetivos do estudo. Esta fase compreende:

a) descrição, quando os resultados são apresentados com descrições cursivas, o mais fiel possível;

b) inferências, fase intermediária entre a descrição, quando as características do texto são enumeradas, e a interpretação, onde se atribui sentido a essas características;

c) interpretação, quando se busca significação das falas com a finalidade de compreender ou explicar além do que foi explicitado. É importante perceber além das falas, das palavras, partindo do discurso denotativo para o conotativo, identificando e questionando os discursos dos entrevistados, buscando sempre respaldo no referencial teórico. Ocasionalmente haverá supressão na transcrição das falas (usando para tal os colchetes - [ ]), isso ocorrerá por razões de retórica e/ou para efeito de complementação quando um entrevistado embora não tenha verbalizado uma palavra mas entendemos ser o que o entrevistado inferiu. A supressão ou adição de palavras ou expressões tem o objetivo de facilitar a compreensão sem, no entanto, alterar o sentido dos discursos.

Essas fases, embora apresentadas sequencialmente, elas não transcorrem rigorosamente de forma linear, algumas podem inclusive ocorrer simultaneamente.

## 7 A ACESSIBILIDADE PERCEBIDA PELOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DA UFPE: interpretação dos dados

A interpretação dos dados ocorreu da literatura consultada e dos dados coletados e organizados a partir das entrevistas. Nossos entrevistados serão identificados por E1, E2, E3... E8. Essa forma de identificá-los tem por objetivo preservar suas identidades. A técnica utilizada, análise de conteúdo, seguirá um trajeto cuja finalidade é responder aos propósitos desta pesquisa. Apresentamos a seguir os quadros com as respostas dos entrevistados, as quais estão dispostas em eixos e suas respectivas categorias.

Para facilitar a interpretação, apresentaremos as **unidades de registro** destacadas em negrito.

O quadro a seguir mostra o primeiro eixo que se refere a barreiras arquitetônicas, focalizando a categoria 1 que trata da acessibilidade no ambiente de estudo na UFPE dos alunos portadores de necessidades especiais.

**Quadro 3 – Acessibilidade no ambiente de estudo**

| <b>EIXO 1: BARREIRAS ARQUITETÔNICAS</b><br><b>CATEGORIA 1: Acessibilidade no ambiente de estudo – UC/UR</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>E1</b>                                                                                                   | Encontro algumas dificuldades. <b>Tenho dificuldades com a comunicação, é difícil fazer leitura labial quando o professor fica de costas e falando a matéria da aula.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>E2</b>                                                                                                   | Depende, assim, do tipo de pessoa deficiente, não muito, aqui, por exemplo, <b>no CCB é um dos melhores prédios. O CE, por exemplo, tem um elevador, mas não vejo as portas alargadas para cadeirantes</b> , às vezes também uma coisa muito ruim são umas <b>lâmpadas em cima dos quadros que dificultam a leitura</b> , principalmente para quem tem problema de visão. <b>Faltam rampas. Na biblioteca do CCB não tem condição de um cadeirante circular entre as estantes</b> , ele não passa, <b>tinha que ter lugares mais espaçosos</b> . Eu sei que tem um grupo de cegos aqui no CCB e já conseguiram algumas coisas. <b>Já tem disciplina de libras, braile, mas são cadeiras eletivas, não são obrigatórias e eu acho que deveria ser, tinha que ter em todos os cursos</b> , entendeu? Seria bom que todos os estudantes fizessem, deveria ser obrigatório, tem disciplinas que tem e eu acho que nem deveria ter. |
| <b>E3</b>                                                                                                   | O ambiente de estudo não é muito legal, porque <b>falta espaço</b> , temos que dividir a sala de aula com vários equipamentos, <b>fica apertado para tudo</b> . Eu toco numa orquestra de câmara e ensaiamos numa salinha apertada muito pequena, tudo é muito difícil. <b>A questão estrutural aqui não é boa.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>E4</b>                                                                                                   | <b>Não</b> , a princípio eu acho que <b>há uma inclusão ao espaço escolar informal. A academia devia ter essa preocupação de dar acessibilidade</b> , a gente tem na chegada à UFPE uma grande dificuldade, as <b>árvores impedindo a passagem, não se tem um caminho ideal para um cadeirante</b> , por exemplo, <b>um caminho ideal para alguém que necessite usar um apoio, uma muleta</b> , não tem, <b>é uma dificuldade para quem tem mobilidade e para quem não tem essa dificuldade é ampliada.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

Fonte: Dados da pesquisa, janeiro 2013 Continua...



**Quadro 3 – Acessibilidade no ambiente de estudo**

|           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>E5</b> | <b>Alguns locais são, outros são ambientes fortificados</b> para o deficiente, <b>são barreiras inexpugnáveis</b> para algumas pessoas que tem dificuldades motoras. Um exemplo: nenhuma dessas paradas de ônibus do campus tem como suportar os elevadores dos ônibus, é um absurdo. <b>As catracas são outros exemplos.</b> Se houver como chamar um vigilante para abrir o portão por onde passa o deficiente ele entra, se não... <b>Em alguns locais é impossível passar por aquelas roletas.</b> Então nem todos os locais na UFPE são acessíveis para as pessoas com deficiência. |
| <b>E6</b> | <b>Não</b> , de modo algum, inclusive <b>frequentar alguns espaços é doloroso</b> . Tenho uma pena mais curta que a outra e artrite. Isso exige muito esforço físico normalmente e quando tenho que subir escadas é muito pior.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>E7</b> | Na verdade <b>não</b> , de maneira alguma, <b>acessível é aquilo que você pode entrar e sair na hora que quiser</b> , pelo menos aqui no CAC não, <b>como pode ser acessível se você depende de outras pessoas?</b> O elevador, por exemplo, para utilizá-lo eu tenho que chamar um funcionário, isso para tudo. Se eu for tirar uma Xerox tenho que chamar alguém e fazer o mesmo para subir de volta. <b>Para ser acessível eu tenho que ter minha independência.</b>                                                                                                                  |
| <b>E8</b> | <b>Não</b> , mas não me prejudica em nada, para minha deficiência, não me prejudica. Para minha deficiência, sem problemas, <b>para um cadeirante não teria [acessibilidade]</b> , o elevador frequentemente quebra, logo ele não subiria.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

Fonte: Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Conclusão

De acordo com o quadro acima os ambientes de estudo da UFPE não são ambientes acessíveis. Alguns entrevistados apontam para a existência de acessibilidade parcial ou reconhecem não ser um ambiente acessível, no entanto alguns declaram não lhe causar problemas em virtude da necessidade especial que portam. É o caso do entrevistado E8 quando afirma:

**E8: “Não, mas não me prejudica em nada, para um cadeirante não teria [acessibilidade]”.**

Alguns entrevistados afirmam encontrar algumas dificuldades, mas não afirmam que a Universidade seja de todo inacessível, outros evidenciam a inexistência de ambiente acessível e ainda identificam algumas barreiras. Por exemplo:

**E4: “Não [...] há uma inclusão ao espaço escolar informal. A academia devia ter essa preocupação de dar acessibilidade [...] as árvores impedindo a passagem, não se tem um caminho ideal para um cadeirante [...] um caminho ideal para alguém que necessite usar um apoio, uma muleta [...], é uma dificuldade para quem tem mobilidade e para quem não tem essa dificuldade é ampliada”.**

**E6: “Não [...] frequentar alguns espaços é doloroso”.**

É importante atentar que além de registrar alguns obstáculos encontrados o entrevistado E4 relaciona o termo inclusão apenas ao espaço formal escolar, porém ao mencionar a palavra *inclusão* estabelece, mesmo que indiretamente, o termo à

questão da acessibilidade. Quando E4 faz essa observação corrobora com Alcoba et al. (2009) que afirma ser as instituições de ensino superior organizadas para pessoas que não portam necessidades especiais e que as mesmas são acolhedoras e funcionais para os indivíduos ditos normais. O entrevistado acrescenta que a instituição apresenta barreiras para todas as pessoas, chamando nossa atenção para a gravidade do problema.

As falas expostas no quadro acima encontram respaldo nas fotografias abaixo:

**Figura 2 - Calçada do CCB**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

**Figura 3 - Acesso à Clínica Dermatológica - CCS**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Segundo Godoy (2002) cidades e instituições são despreparadas para incluir pessoas com necessidades especiais. Diante dessa assertiva e a partir das

percepções dos nossos entrevistados, reforçadas pelas imagens acima, pode-se inferir que as pessoas portadoras de necessidades especiais não encontram acessibilidade nos ambientes de estudo da UFPE. Este cenário vai de encontro a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade) (BRASIL, 2000), que em seu capítulo IV, artigo 11, inciso II, determina ser necessário que pelo menos um acesso do interior de edifícios de instituições públicas seja livre de barreiras arquitetônicas ou qualquer obstáculo que impeça ou dificulte a passagem de pessoa com necessidade especial.

Ler o trabalho da prefeita

Quadro finalizando os problemas, severidade dos problemas

No quadro seguinte temos a categoria 2 onde os entrevistados expõem suas percepções acerca dos obstáculos encontrados e insegurança nos espaços de circulação.

**Quadro 4 – Obstáculos e insegurança encontrada**

| <b>EIXO 1: BARREIRAS ARQUITETÔNICAS</b><br><b>CATEGORIA 2: Obstáculos e insegurança nos espaços de circulação – UC/UR</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>E1</b>                                                                                                                 | Minha necessidade não é de ordem motora.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>E2</b>                                                                                                                 | Não para mim, que não tenho esse tipo de problema, mas imagino que para pessoas com esses problemas (os cadeirantes) eu acho que sim. Nesse ponto as <b>portas das salas aqui no CCB são todas normais. Acho que não tem a largura correta. Os banheiros tem acesso para os deficientes, mas as salas não têm. Inclusive, há algumas salas que têm púlpito, o que dificulta</b> , eu acho. Se um cadeirante for apresentar trabalho tem que subir, como? <b>Não tem rampa. Também não tem bebedouro adaptado</b> , apesar do CCB ser o prédio considerado com melhor estrutura.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>E3</b>                                                                                                                 | Para o meu problema de visão não há muitos obstáculos, apenas <b>é preciso não sentar muito longe do quadro porque fica difícil para ler mesmo com os óculos.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>E4</b>                                                                                                                 | Sim, tem aqui no Centro de Educação uma área, <b>o hall</b> , Lá na frente da coordenação, que geralmente as pessoas <b>colocam expositores e quadros de informações. Isso tudo fica pelo meio, as pessoas param para ler e se tornam um complicador ao trânsito das outras e dificulta a passagem de quem tem restrição com mobilidade.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>E5</b>                                                                                                                 | Sim, só um exemplo: o prédio de Ciências sócias onde estudo tem dois grandes problemas: por ter um fluxo grande de pessoas há problemas de roubo, desaparecimento de objetos, etc. o segundo é o grande número de suicídio. A administração então resolveu fechar um dos acessos e deixar o outro fortificado. Por conta disso eu <b>sou obrigado a dar uma volta no prédio do CFCH para poder entrar e ir às aulas.</b> Eu fui reclamar e pedi ao vigilante que abrisse uma das portas para que eu tivesse acesso como antes. A direção disse que tudo bem, que ia cuidar disso, mas na primeira tentativa depois da reclamação não foi possível. O vigilante me disse que não tinha ordem para abrir o referido portão. Além dos <b>impedimentos como calçadas, elevadores que não funcionam</b> , etc, além de tudo isso você tem uma administração que não funciona e/ou pouco responde às reclamações que pessoas deficientes fazem aqui, não respondem em absoluto, não se constrangem com isso. |
| <b>E6</b>                                                                                                                 | Sim, <b>as escadas não possui corrimão</b> , dificultando o acesso para as salas de aula ou outro departamento que seja em andar alto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>E7</b>                                                                                                                 | Não, no geral não, exceto em relação <b>a escada que me causa insegurança, não tem corrimão</b> , eu não tenho força em uma de minhas pernas, então a escada sem corrimão é um risco para mim.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>E8</b>                                                                                                                 | <b>Falta de rampa, falta de sinalização tátil nos elevadores</b> , não sei se porque são antigos, penso que é hoje um dos maiores entraves. Fora isso, no momento, não me proporciona vulnerabilidade, é bem tranquilo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

De acordo com alguns entrevistados a deficiência que portam não lhes trazem maiores preocupações no aspecto segurança e obstáculos na circulação ou compromete minimamente a circulação e a segurança nos seus ambientes de estudo, mesmo assim houve entrevistado que apontou elementos de insegurança e entrave na circulação. É o caso dos depoentes E2 e E3, conforme relacionamos abaixo:

**E2: “[...] não tenho esse tipo de problema, mas imagino que para pessoas com esses problemas (os cadeirantes) eu acho que sim. Nesse ponto as portas das salas aqui no CCB são todas normais. Acho que não tem a largura correta. Os banheiros tem acesso para os deficientes, mas as salas não têm. Inclusive, há algumas salas que têm púlpito, o que dificulta, eu acho. Se um cadeirante for apresentar trabalho tem que subir, como? Não tem rampa. Também não tem bebedouro adaptado, apesar do CCB ser o prédio considerado com melhor estrutura”.**

**E3: “Para o meu problema de visão não há muitos obstáculos, apenas é preciso não sentar muito longe do quadro porque fica difícil para ler mesmo com os óculos”.**

Alguns obstáculos apontados pelo entrevistado E2 encontram confirmação nas ilustrações abaixo:

**Figura 4 - Sala de aula com púlpito, CTG**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.



**Figura 5 - Bebedouros no CCB**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Os demais entrevistados (E4, E5, E6, E7 e E8) mencionam as dificuldades encontradas para acessar o prédio onde estudam: inexistência de rampas, ausência de sinalização tátil nos elevadores, escadas sem corrimão e presença de objetos nas áreas de passeios como entraves que dificultam a circulação e propiciam insegurança. Relacionamos a seguir as suas respectivas falas:

**E4:** *“[...] aqui no Centro de Educação uma área, o hall, [...] colocam expositores e quadros de informações. Isso tudo fica pelo meio, as pessoas param para ler e se tornam um complicador ao trânsito das outras e dificulta a passagem de quem tem restrição com mobilidade”.*

**E5:** *“[...] sou obrigado a dar uma volta no prédio do CFCH para poder entrar e ir às aulas. [...] Além dos impedimentos como calçados, elevadores que não funcionam, etc. [...]”.*

**E6:** *“Sim, as escadas não possui corrimão, dificultando o acesso para as salas de aula ou outro departamento que seja em andar alto”.*

**E7:** *“[...] a escada que me causa insegurança, não tem corrimão, eu não tenho força em uma de minhas pernas, então a escada sem corrimão é um risco para mim”.*

**E8:** *“Falta de rampa, falta de sinalização tátil nos elevadores, não sei se porque são antigos, penso que é hoje um dos maiores entraves [...]”.*

Para apoiar as afirmações dos entrevistados apresentamos a seguir imagens que reforçam as falas apresentadas:

**Figura 6** - Escada de acesso aos laboratórios do CCB



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

**Figura 7** - Elevador do CCS



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

No que diz respeito à segurança e circulação os entrevistados apontaram falta de sinalização, escadas sem corrimão, elevadores quebrados, falta de rampas e objetos dificultando a mobilidade, elementos essenciais na proposição de acessibilidade, sobre os quais a NBR nº 9.050 diz que os pisos devem ser regulares, firmes, estáveis, sem provocar trepidação em dispositivos com rodas, devem possuir sinalização tátil de alerta para situação de insegurança, sinalização tátil de direção.

Desníveis, grelhas e juntas de dilatação devem ser evitados em rotas acessíveis (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). Capachos, forrações, tapetes e carpetes devem estar nivelados ao solo, do contrário haverá risco de acidentes (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). Todas as entradas devem ser acessíveis, devendo haver também rotas ligando os principais setores e funções do edifício (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). Deve haver corrimões nas rampas cujas dimensões devem seguir o que recomenda a NBR 9.050, o ideal é que degraus e escadas fixas estejam associados à existência de rampas ou elevadores acessíveis, degraus e escadas não devem estar em rotas acessíveis (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). As portas devem ter largura mínima de 80 cm. E devem ser facilmente abertas, requerendo esforço mínimo quando acionadas, corredores e espaços de circulação em geral devem possuir faixa livre de obstáculos de modo que pessoas portadoras de necessidades especiais leves ou acentuadas possam circular livremente e em segurança (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Os registros imagéticos abaixo indicam oposição às especificações da norma de acessibilidade, vejamos:

**Figura 8 - Calçada de acesso ao CAV**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

**Figura 9 - Circulação no CAC**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

**Figura 10 - Acesso ao pátio no CCJ**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

**Figura 11 - Acesso à sala de aula no CAV**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.



As imagens acima atestam as declarações dos depoentes e nos faz constatar que a UFPE não oferece um ambiente seguro para as pessoas com necessidades especiais. Os obstáculos vão desde a ausência de rampas ou quando as mesmas existem são construídas inadequadamente, sem considerar os parâmetros da Norma de Acessibilidade, degraus que inviabilizam trajetos, entre outros.

No quadro abaixo tratamos de questões relacionadas às condições de uso, permanência e trânsito em ambientes coletivos, compondo a categoria 4. Nessa categoria os entrevistados expuseram suas impressões sobre espaços como banheiros, bibliotecas, refeitórios e salas de aula.

**Quadro 5 – Permanência e trânsito**

| <b>EIXO 1: BARREIRAS ARQUITETÔNICAS</b><br><b>CATEGORIA 3: Permanência, uso e trânsito em ambientes de uso coletivo – UC/UR</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>E1</b>                                                                                                                       | Sim, uso todos os ambientes, não tenho problemas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>E2</b>                                                                                                                       | Aqui no CCB sim, tem bastante espaço, tem <b>rampas ligando um espaço a outro</b> , para permanecer também. <b>A questão é mais dentro das salas e biblioteca que eu vejo que não tem muito acesso.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>E3</b>                                                                                                                       | Não temos facilidades de tipo algum aqui, <b>não há rampas</b> , algumas <b>salas da área de música tem escadinhas para se chegar até elas</b> . Para limitações mais graves fica muito difícil. Tem <b>poucos banheiros para deficientes</b> , acho que só um, eu sei que <b>tem elevador aqui, mas nunca vi funcionando, as dificuldades são muitas</b> . Não é tão ruim, mas poderia melhorar.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>E4</b>                                                                                                                       | Os espaços são bons, mas <b>há complicadores que restringem muito o trânsito</b> das pessoas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>E5</b>                                                                                                                       | Olha as bibliotecas de um modo geral não são de todo ruim para quem tem dificuldades físicas, mas <b>há problemas com o mobiliário</b> . Eu tenho mais de uma limitação, sou obeso e o mobiliário não é adequado para mim [...]. Esse banco em que estamos conversando é ótimo, é seguro, me sinto tranquilo em utilizá-lo, poderia ser mais alto, mas esta bem. Em muitos ambientes encontro aquelas <b>cadeiras de plástico</b> , laboratórios e bibliotecas, <b>cadeiras desconfortáveis para o obeso, para o deficiente</b> , então esses ambientes deveriam ter melhores condições de acesso e mais conforto para quem tem dificuldade de movimento. Eu acho que isso é um problema não apenas para nós, mas é geral na UFPE, para toda pessoa que a frequenta. |
| <b>E6</b>                                                                                                                       | Os ambientes de estudos estão se adequando. <b>Falta ainda muita coisa para facilitar o acesso para nós portadores</b> , como <b>facilitar a chegada nossa aos livros nas estantes das bibliotecas</b> .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>E7</b>                                                                                                                       | Nunca tive problemas, mas acredito que existam e sejam graves.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>E8</b>                                                                                                                       | Não tem a menor estrutura nem forma de adaptação, se tiver dois cadeirantes ao mesmo tempo <b>não tem como “andar”, na biblioteca não tem como procurar um livro, sendo um cadeirante, tem que pedir ajuda para alguém</b> , não tem como, aqui um cadeirante já encontra entraves.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Nesta categoria um depoente afirma não encontrar problemas (E1), E7 diz não ter esse problema, contudo, acredita que existe sem mencionar quais. Os outros

entrevistados (E2, E3, E4, E5, E6 e E8) concordam que há problemas, como exemplo, apresentamos as falas dos entrevistados E2 e E6, vejamos:

**E2: “[...] A questão é mais dentro das salas e biblioteca que eu vejo que não tem muito acesso”.**

**E6: “Os ambientes de estudos estão se adequando. Falta ainda muita coisa para facilitar o acesso para nós portadores, como facilitar a chegada nossa aos livros nas estantes das bibliotecas”.**

Três entrevistados mencionaram haver complicadores quanto à permanência em bibliotecas, as mesmas, segundo os entrevistados, apresentam dificuldade para acessar os livros e mobiliário inadequado. No que se refere a mobiliário os laboratórios também são mencionados, entretanto nessa categoria alguns entrevistados (E2 e E6) afirmaram que alguns espaços estão se adequando.

**Figura 12 - Laboratório no CCS**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Quanto às bibliotecas a NBR nº 9.050 estabelece os seguintes parâmetros: 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis e 10% pelo menos deve ser adaptável, entre estantes de livros deve haver no mínimo 0,90 m de largura, nos corredores, entre as estantes, deve haver um espaço a cada 15 m que permita a manobra da cadeira de rodas, sendo possível uma rotação de 180° (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS).

As bibliotecas constituem um ambiente de extrema importância na vida acadêmica do aluno. De acordo com Carvalho (2006) a biblioteca universitária tem por missão disponibilizar a informação, de maneira a subsidiar as atividades de

ensino, pesquisa e extensão para toda a comunidade acadêmica. Essa missão, entretanto, fica comprometida quando a mesma não oferta produtos, serviços ou ambiente acessíveis.

**Figura 13 - Biblioteca do CCEN**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Como observamos nas imagens encontramos problemas com o mobiliário, tanto no que diz respeito à ergonomia (aspecto discutido mais adiante) como também à disposição dos itens no espaço, as estantes são muito altas e o espaço entre elas não permite que pessoas usuárias de cadeiras de rodas, ou obesas circulem com conforto e liberdade.

A NBR nº 9.050 determina que salões de leitura e pesquisa bem como terminais de consulta, balcões de empréstimo e ambientes de convivência devam ser acessíveis. Há ainda recomendação para aquisição de publicações em Braille ou livros em audio; recomenda também que ao menos 5% dos terminais existentes sejam acessíveis e 10% sejam adaptáveis para acessibilidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

**Figura 14 - Salão de leitura da biblioteca do CCB**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Poucos banheiros acessíveis e mobiliário inadequado em bibliotecas e laboratórios também foram destacados pelos entrevistados E3 e E5, as imagens abaixo reforçam as observações dos depoentes. A NBR nº 9.050 determina que haja 5% do total de sanitários existentes em uma instituição seja acessível (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). No que diz respeito ao percentual mínimo a UFPE cumpre as determinações da NBR 9050. A falha reside nos parâmetros nem sempre considerados. A NBR nº 9.050 determina parâmetros para todos os itens que devem compor um sanitário acessível, entre os quais destacamos a localização, devendo localizar-se próximo à circulação principal ou integrados aos banheiros de uso geral devendo também ser sinalizados. Devem possuir barras de apoio resistentes, ter diâmetro entre 3 cm e 4,5cm, ser firmemente fixada nas paredes distanciando destas no mínimo 4 cm (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). As extremidades devem estar fixadas ou justapostas nas paredes ou continuamente até o ponto de fixação com formato recurvado. Se as barras forem de metal devem ser de material resistente e anticorrosivo. A instalação dos vasos sanitários deve prever área de transferência bem como altura entre 43 cm e 45 cm do piso acabado. A pia deve ser suspensa, torneiras acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivo equivalente (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

A seguir apresentamos imagens de sanitários em centros da UFPE. Alguns são acessíveis e seguem as determinações da NBR 9.050, outros apresentam falhas, vejamos:

**Figura 15 - Sanitário CAA**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

**Figura 16 - Sanitário CAV**

**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

O quadro seguinte refere-se à categoria 4 que trata da sinalização dos ambientes, vejamos as considerações relacionadas pelos entrevistados.

**Quadro 6 – Sinalização**

| EIXO 1: BARREIRAS ARQUITETÔNICAS<br>CATEGORIA 4: Sinalização – UC/UR |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>E1</b>                                                            | Há sinalização, mas se eu fosse cega teria problemas porque essa <b>sinalização não é apropriada</b> para essas pessoas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>E2</b>                                                            | Nunca verifiquei se tem, braille nunca reparei, nem nenhuma outra sinalização especial aqui. Se há nunca prestei atenção.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>E3</b>                                                            | Nesta questão mais específica de <b>sinalização tátil eu não vejo isso por aqui</b> . Essa construção do CAC é muito confusa, o pessoal até chama de labirinto, é complicado chegar a algum lugar, para qualquer pessoa e para um deficiente é pior, tem muita dificuldade nesse sentido.                                                                                                                                                             |
| <b>E4</b>                                                            | Não, <b>não há esse cuidado</b> , a gente tem um déficit muito grande aqui, <b>não há sinalizadores com cores</b> , falta iluminação adequada nos arredores do centro, <b>tudo é deficiente</b> .                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>E5</b>                                                            | De forma alguma. Eu enxergo muito mal à noite, o perigo que eu corro andando por essas calçadas à noite é terrível porque você não enxerga absolutamente nada. <b>Sinalização tátil aqui é brincadeira</b> . Imagine você na parada de ônibus em frente ao CFCH... não há lugar para uma pessoa com dificuldade de movimento ou um cego andar ali ou usar uma parada de ônibus. São problemas das administrações passadas mantidos pela atual gestão. |
| <b>E6</b>                                                            | <b>Não existe</b> , se há deve ser em algum centro que eu ainda não fui.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>E7</b>                                                            | É uma coisa que ainda não observei, mas penso que <b>se houvesse teria percebido</b> , porque essas coisas são novidades, então eu notaria.                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>E8</b>                                                            | <b>Não</b> , eu penso que para um deficiente surdo ou cego, deficiência que não seja motora, <b>sinalização é essencial</b> , a sinalização ajudaria muito.                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

De acordo com a maioria dos entrevistados (E1, E3, E4, E5, E6, E7 e E8), não há sinalização nos ambientes da UFPE ou quando existe apresenta falhas.



Apenas um depoente se abstém de afirmar ou negar que a Universidade possui sinalização adequada para pessoas com necessidades visuais. Relacionamos algumas falas:

**E1: “Há sinalização, mas se eu fosse cega teria problemas porque essa sinalização não é apropriada para essas pessoas”.**

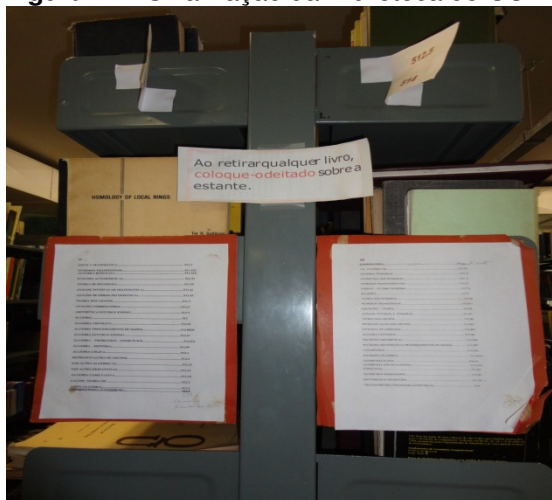
**E4: “Não, não há esse cuidado, a gente tem um déficit muito grande aqui, não há sinalizadores com cores, falta iluminação adequada nos arredores do centro, tudo é deficiente”.**

**E5: “De forma alguma. Eu enxergo muito mal à noite, o perigo que eu corro andando por essas calçadas à noite é terrível porque você não enxerga absolutamente nada. Sinalização tátil aqui é brincadeira. Imagine você na parada de ônibus em frente ao CFCH... [...]”.**

**E8: “Não, eu penso que para um deficiente surdo ou cego, deficiência que não seja motora, sinalização é essencial, a sinalização ajudaria muito”.**

As imagens abaixo corroboram as observações dos entrevistados.

**Figura 17 - Sinalização da Biblioteca do CCEN**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

**Figura 18 - Sinalização CCB**

**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

De acordo com a NBR nº 9.050 há três formas de comunicar e sinalizar: visual – através de textos ou figuras, tátil – usando caracteres em relevo, Braille e figuras em relevo, sonora – quando se utiliza recursos sonoros (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). A sinalização pode ser permanente quando se trata de espaços com funções definidas, direcional quando indicar direções de um percurso ou distribuição espacial de setores num prédio, de emergência para indicar rotas de fuga e saída de emergência e temporária para sinalizar informações temporárias ou que podem ser alteradas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). Em alguns contextos a sinalização ocorrerá de diferentes formas e simultaneamente, vejamos o quadro abaixo:

**Quadro 7 - Informações essenciais**

|                    |                   | VISUAL | TÁTIL      | SONORA |
|--------------------|-------------------|--------|------------|--------|
| <b>Edificações</b> | <b>Permanente</b> | X      | X          |        |
| <b>Espaço</b>      | <b>Direcional</b> | X      | X(no piso) |        |
| <b>Equipamento</b> | <b>Emergência</b> | X      | X          | X      |
|                    | <b>Temporária</b> | X      |            |        |
| <b>Mobiliário</b>  | <b>Permanente</b> | X      | X(no piso) | X      |
|                    | <b>Temporária</b> | X      |            |        |

**Fonte:** elaborado com base na NBR 9.050 de 2004.

A partir do contexto apresentado podemos inferir que a sinalização dos ambientes da UFPE como um todo apresenta falhas. É importante salientar que de acordo com o modelo social de deficiência a sociedade deve se ajustar de tal maneira que as necessidades especiais de uma pessoa não constitua impedimento ao seu desenvolvimento (DINIZ, 2007). Assim a sinalização adequada deve contemplar todas as pessoas com ou sem necessidades especiais, sem prejuízo de qualquer parte e para tal deve seguir as especificações da norma de acessibilidade.

A seguir quadro referente à categoria ergonomia, na qual os entrevistados fazem considerações sobre mobiliário e *layout*.

**Quadro 8 – Ergonomia**

| EIXO 1: BARREIRAS ARQUITETÔNICAS<br>CATEGORIA 5: Ergonomia – UC/UR |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| E1                                                                 | Não tenho dificuldades com o mobiliário.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| E2                                                                 | Não, dentro das salas eu nunca vi. Todas <b>as cadeiras são normais</b> , apesar que eu não sei se há algum tipo de sala especial. Em relação as bibliotecas <b>eu não sei se dá para as pessoas cadeirantes se sentarem ou encostarem na mesa</b> . Tem também <b>as estantes nas bibliotecas, são muito altas</b> .                                                                                                                                                                                                                            |
| E3                                                                 | Eu acredito que a biblioteca é até legal, mas o laboratório, os <b>computadores não são acessíveis</b> , tem inclusive outros problemas, os teclados, por exemplo, estão com as letrinhas apagadas. <b>Os assentos não são bons</b> , sem falar que são velhos, algumas cadeiras são muito velhas. Tem equipamento suficiente, mas <b>os espaços não são amplos, são pequenos e apertados</b> , não é só a ergonomia, o estado dos equipamentos e mobiliário é precário.                                                                         |
| E4                                                                 | <b>O mobiliário não é confortável</b> . Essas carteiras que a gente passa praticamente a noite inteira, <b>não apresentam ergonomia desejável</b> [...] É um espaço de formação profissional com um déficit grande nessa questão de acessibilidade. Deixa muito a desejar com relação a iluminação, ergonomia, dos caminhos, a estrutura física é deficiente. Há um elevador, que foi providenciado por causa de um professor cego, mas esta quebrado e esse professor sobe as escadas com o seu cão guia.                                       |
| E5                                                                 | Os ambientes <b>não tem mobiliário adequado</b> , [...] não é o ideal que eu procuro, que eu almejo. A questão da acessibilidade é um problema que é necessário enfrentá-lo e como fazer isso? Os dirigentes devem começar a fazer um levantamento de quem frequenta a Universidade. Por exemplo, num ambiente em que você tem um cadeirante você deve dispor de elevadores em bom estado de funcionamento, de rampas, etc.                                                                                                                      |
| E6                                                                 | Não, <b>as cadeiras das salas de aulas são desconfortáveis</b> , causando desconforto, pois as aulas são longas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| E7                                                                 | Não, <b>não é adequado, não é confortável, não é ergonômico, o tipo de cadeira algumas vezes incomoda</b> . Tenho uma colega que trancou o curso por problemas de coluna e as salas não tinham estrutura para que ela permanecesse e assistisse aula.                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| E8                                                                 | Veja, quero deixar uma coisa bem clara nessa tua pesquisa: <b>deficiente motor é bem diferente do visual, a mim não importa de fato se é espaçoso ou se não é</b> , para mim é importante: tipo e cor do papel, tipo de letra (letra maior é melhor para mim, cansa menos minha vista). <b>Se fosse um deficiente completo visual, teria que ter hoje o que não tem na instituição</b> : uma pessoa que lesse para aquela pessoa, com deficiência, que acompanhe. Não tem pessoas especializadas aqui. É difícil você vê um cego, um surdo mudo. |

**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.



Para a maioria dos entrevistados (E2, E3, E4, E5, E6 e E7) os ambientes não são ergonômicos, o mobiliário é desconfortável. Para E1 os ambientes da UFPE não lhe trazem dificuldade e para E8 os espaços não são ergonômicos, entretanto em virtude da tipologia de sua necessidade especial essa questão não impacta nas suas atividades. Citamos abaixo algumas falas:

***E1: “Não tenho dificuldades com o mobiliário”.***

***E2: “[...]. Todas as cadeiras são normais, apesar de que eu não sei se há algum tipo de sala especial. Em relação às bibliotecas eu não sei se dá para as pessoas cadeirantes se sentarem ou encostarem-se à mesa. Tem também as estantes nas bibliotecas, são muito altas”.***

***E7: “Não, não é adequado, não é confortável, não é ergonômico, o tipo de cadeira algumas vezes incomoda [...]”.***

***E8: “[...] a mim não importa de fato se é espaçoso ou se não é, para mim é importante: tipo e cor do papel, tipo de letra (letra maior é melhor para mim, cansa menos minha vista). Se fosse um deficiente completo visual, teria que ter hoje o que não tem na instituição: uma pessoa que lesse para aquela mim, [...]. Não tem pessoas especializadas aqui [...]”.***

As falas dos entrevistados são reforçadas pelas imagens abaixo:

**Figura 19 - Sala de aula no CCS**



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

**Figura 20 - Biblioteca CCEN**

**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

**Figura 21 - Laboratório CCEN/CIN**

**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

De acordo com Cohen (2005) ergonomia é o estudo da adaptação do trabalho ao homem, com a finalidade de proporcionar segurança e conforto. A partir desse conceito inferimos que ambientes de estudo ergonômicos contribuem para a apreensão do conhecimento, pois evitam a fadiga, favorece a concentração, proporciona conforto físico. Assim, deve-se atentar para o mobiliário de uma forma geral bem como a distribuição dos mesmos. Cadeiras, mesas de estudo, balcões de atendimento, bebedouros e equipamentos entre outros itens, devem responder as especificações de ergonomia e acessibilidade. Diante das observações dos entrevistados podemos afirmar que os alunos da UFPE não usufruem de mobiliário e equipamentos ergonômicos, o que compromete a proposição de acessibilidade.

O quadro seguinte expõe as impressões dos entrevistados quanto a iluminação, categoria 6, a qual fecha o primeiro eixo da pesquisa.

**Quadro 9 – Iluminação**

| <b>EIXO 1: BARREIRAS ARQUITETÔNICAS</b><br><b>CATEGORIA 6: Iluminação – UC/UR</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>E1</b>                                                                         | A <b>iluminação não é adequada</b> para quem tem deficiência visual principalmente, mas até para quem enxerga precisaria melhorar.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>E2</b>                                                                         | <b>A iluminação de dentro do centro é boa.</b> Agora quando você for sair, ir para casa à noite, não, <b>a iluminação nos arredores é péssima, é muito ruim</b> , independente se você for deficiente ou não, <b>é perigoso até</b> . Um aluno cadeirante se for pegar um ônibus, por exemplo, um ônibus do Barro, ele não tem como sair, é ruim a iluminação das ruas, ele teria que arruinar para pegar esse ônibus. Então a iluminação de dentro do prédio é até boa, o problema é do lado de fora. <b>Nas salas de aula eu considero boa a iluminação, dá para ler e para enxergar bem.</b> |
| <b>E3</b>                                                                         | Estudo de manhã então eu não tenho muito problema. <b>Eu tenho miopia acentuada mas isso não é muito complicado</b> , não é uma dificuldade maior.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>E4</b>                                                                         | Aqui onde estudo a iluminação é boa, mas acho <b>precária nos arredores do centro</b> .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>E5</b>                                                                         | Quando eu não tinha problema de mobilidade eu frequentava esses espaços e <b>dentro dos centros a iluminação é bem razoável</b> , mas depois que eu passei a ter problemas de movimento eu evito esses espaços por que às vezes você acaba se aborrecendo com alguém ou alguma coisa e desiste de estudar, só os utilizo quando é absolutamente necessário.                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>E6</b>                                                                         | No <b>período diurno é bom</b> , mas no <b>período noturno a iluminação fica a desejar</b> , no que diz respeito ao acesso e as dependências da UFPE <b>fica perigoso</b> .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>E7</b>                                                                         | <b>Nas salas de aula sim</b> , no hall e na parte externa nem tanto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>E8</b>                                                                         | De uma forma geral <b>não é uma iluminação que me dê segurança</b> , podia ser bem melhor. Minha carteira sempre fica próxima à janela, e <b>quando a iluminação não é boa tenho dor de cabeça</b> .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Para metade dos entrevistados (E2, E4, E5, E7) a iluminação dentro dos centros, tanto nas salas de aula quanto nos demais ambientes, é boa. Os demais declaram que a iluminação não é adequada (E1), apresenta variações dia/noite (E6), não encontra dificuldades apesar da necessidade visual que porta (E3), provoca insegurança (E8). O item iluminação não é destacado especificamente pela NBR 9.050, no entanto ao tratar das condições ideais de legibilidade a norma afirma que a “informação visual depende da iluminação do ambiente, do contraste e da pureza da cor” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 22). No item 5.5.2.1 a referida norma determina ser necessário haver contraste entre a sinalização visual (texto ou figura e fundo) e a superfície sobre a qual ela está registrada, atentando para que a iluminação do entorno, não prejudique a compreensão da informação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). A iluminação é um item fundamental a ser considerado na

construção de um prédio, tanto no interior quanto para no exterior do mesmo, pode favorecer ou prejudicar atividades de uma forma geral. A norma que trata dos parâmetros referentes à iluminação de interiores é a NBR nº 5.413, a mesma utiliza o termo iluminância, (lúmen/m<sup>2</sup> ou LUX), definido como “fluxo luminoso recebido pela superfície em torno de um ponto considerado, para a área da superfície quando esta tende para o zero” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 1), ou seja, é a quantidade de luz necessária para a realização de uma tarefa. Para uma sala de aula a luminância ideal é 300 lux, salas de leitura em bibliotecas o ideal de luminância é 500 lux, corredores e escada 100 lux (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992). A iluminação inadequada provoca fadiga visual, desconforto, dor de cabeça, acidentes, entre outros.

No quadro seguinte passamos ao eixo 2, intitulado Barreiras Tecnológicas, com uma categoria única, onde os entrevistados expõem as suas impressões sobre a questão.

**Quadro 10 – Barreiras tecnológicas**

| <b>EIXO 2: BARREIRAS TECNOLÓGICAS</b><br><b>CATEGORIA ÚNICA: Barreiras tecnológicas – UC/UR</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>E1</b>                                                                                       | Para mim não há problema.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>E2</b>                                                                                       | Não. Depende. Se a pessoa tiver um uso das mãos ela consegue utilizar o computador, agora quem quiser utilizar os laboratórios de informática sendo cadeirante não pode porque o acesso é por escada. <b>Quanto a software nos computadores daqui voltados para necessidades especiais eu acredito que não tenha.</b> Quem não conhecer a tecla de atalho para aumentar a tela não consegue utilizar o computador.                                                                                                     |
| <b>E3</b>                                                                                       | Você falou de máquina e me <b>fez lembrar do bebedouro</b> . Está numa altura boa para todo mundo, mas ele simplesmente está sempre quebrado ou funciona mal, para uma pessoa deficiente isso é um problema e só tem um e aí complica. <b>O telefone seria bem útil, telefones adaptados.</b>                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>E4</b>                                                                                       | <b>Não tem</b> , ainda não vi esses apetrechos. Podem dizer que é falta de recursos mais na verdade <b>é falta de querer político</b> para mudar essa situação Tem recurso do governo para melhorar essa situação e por que esse dinheiro não chega? Já que a UFPE quer tanto subir no ranque das universidades ela deveria se preocupar em ter <b>um olhar mais humano sobre a questão</b> . A gente quer ser um pedagogo melhor, mudar paradigmas da educação, mas não conseguimos mudar nem o que esta aqui dentro. |
| <b>E5</b>                                                                                       | Eu creio que <b>não</b> , eu tenho experiência na UFPE em dois centros de apoio ao estudante, em salas informatizadas, que ficam no segundo andar, o que já constitui um problema, pois os elevadores nem sempre funcionam, e a sala em si não são adequadas, o mobiliário não é seguro para um obeso, <b>as máquinas não tem adaptação para quem tem dificuldade para enxergar</b> , por exemplo, tudo é muito difícil.                                                                                               |
| <b>E6</b>                                                                                       | Não sei responder com certeza, <b>acho que não</b> porque nunca ouvi falar sobre isso aqui.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>E7</b>                                                                                       | Alguns tipos de deficiência vai encontrar dificuldade, eu consigo, mas <b>aqui não tem acessibilidade em tecnologia</b> , alguns lugares acho que tem, outros não, então se é assim não é acessível.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Continua...

Quadro 10 – Barreiras tecnológicas

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| E8 | Pois é aí a gente está falando das minhas necessidades. Existem já softwares que facilitariam meu estudo. Como eu tenho cansaço visual e ainda trabalho e estudo à noite, na Federal, de fato no outro dia eu estou com muita dor de cabeça, mas por quê? Por que eu puxei demais. <b>Se houvesse um software que eu não precisasse ler repetidamente a tela do computador seria mais útil</b> , mas aí eu nunca ouvi falar disso aqui: <b>acessibilidade para deficientes visuais? Nem para aluno, nem para servidor, mas eu sei que existe.</b> |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Conclusão

Para a maioria dos entrevistados (E2, E4, E5, E6, E7 e E8) não há ou não tem informação sobre acessibilidade em tecnologia nos ambientes de estudo da UFPE. Para E1 não há problema relacionado à questão. O entrevistado E3 ampliou a compreensão de acessibilidade em tecnologia e incluiu equipamentos como o bebedouro e o telefone: ***“Você falou de máquina e me fez lembrar do bebedouro. Está numa altura boa para todo mundo, mas ele simplesmente está sempre quebrado ou funciona mal, para uma pessoa deficiente isso é um problema e só tem um e aí complica. O telefone seria bem útil, telefones adaptados.”*** Para E4 não há acessibilidade em tecnologia e infere que a questão é política e ao mesmo tempo consequência de uma abordagem não focada no ser humano: ***“Não tem, ainda não vi esses apetrechos. [...] é falta de querer político para mudar essa situação. [...] Deveria se preocupar em ter um olhar mais humano sobre a questão.”*** Essa fala nos remete ao modelo social de deficiência, o qual compreende que as desvantagens experimentadas pelas pessoas com necessidades especiais são consequência de uma sociedade incapaz de prever e se ajustar à diversidade das pessoas (DINIZ, 2007), ou seja, o modelo social de deficiência percebe a pessoa com necessidades especiais e não as suas necessidades.

As barreiras tecnológicas fazem parte do que alguns especialistas chamam de barreiras metodológicas – aquelas relacionadas a métodos e tecnologias em questões de estudo e trabalho (INCLUSÃO..., 2007). Assim todo equipamento utilizado em salas de aula ou laboratórios que não esteja adaptado para uso por portador de necessidades especiais constitui um obstáculo, isto é, uma barreira. A literatura especializada recomenda para a remoção de tais barreiras o uso de tecnologias assistivas. Para Melo e Soares (2006, p. 62) “tecnologias assistivas são recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades da vida diária por pessoas com deficiência.” Tem por objetivo aumentar capacidades funcionais promovendo a autonomia e a independência de quem as utiliza (MELO;



SOARES, 2006). Como exemplo citamos lupas eletrônicas, impressoras Braille, teclados alternativos ou com design diferenciado (teclas mais próximas ou afastadas ou maiores), acionadores substitutos do mouse utilizados a partir do piscar dos olhos, computadores acionados por comando de voz, ampliadores de tela, *software* para produção de texto em Braille, entre outros (MELO; SOARES, 2006).

As barreiras atitudinais que dizem respeito às atitudes e comportamentos de pessoas ou da sociedade em relação às pessoas com necessidades especiais (INCLUSÃO..., 2007), compõem o eixo 3. A relação aluno/servidor constitui primeira categoria desse eixo.

**Quadro 11 – Preconceitos e convivência**

| <b>EIXO 3: BARREIRAS ATITUDINAIS</b><br><b>CATEGORIA 1: Preconceitos e convivência aluno/servidor – UC/UR</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>E1</b>                                                                                                     | Nunca sofri discriminação de cara, mas já tive <b>um professor que confundiu meu problema auditivo com deficiência mental.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>E2</b>                                                                                                     | Não vejo tanto na faculdade, eu via mais problemas na época da escola, mas eu ainda <b>encontrei um pouco</b> , principalmente eu que tenho estrabismo e miopia aguda, o pessoal gosta muito de tirar onda, <b>até puseram apelido em mim</b> , mas eu não ligo. <b>Com certeza sofre sim</b> , principalmente uma pessoa cega, ou que tenha problema de falar, um surdo. Tem uma aluna aqui que ela se isolou devido a isso. <b>Infelizmente as pessoas hoje em dia ainda não enxergam que a gente não escolhe ser assim, nascemos assim e ainda hoje sofremos preconceito sim.</b>                                                                                                                                                         |
| <b>E3</b>                                                                                                     | Não. <b>Nunca sofri esse tipo de coisa, não que eu tenha percebido.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>E4</b>                                                                                                     | Não, aqui não, <b>existe uma boa relação entre aluno e servidores</b> , são profissionais atentos às necessidades dos alunos em geral. Os professores são muito capacitados e nunca tive problemas. <b>A estrutura da UFPE é que apresenta problemas.</b> É ainda muito arcaica e tradicional. Eu acho que <b>o preconceito está na falta de estrutura que não deixa de ser um jeito de exclusão.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>E5</b>                                                                                                     | Em alguns momentos <b>a relação que tenho com colegas e funcionários é de solidariedade, mas às vezes é de constrangimento. É uma convivência difícil, conflituosa e constrangedora para ambas as partes. Há muito preconceito</b> , você sofre bastante preconceito, <b>desde aquele absolutamente educado até aquele que acha que você atrapalha, é mais raro, mas tem e não estamos falando do deficiente intelectual.</b> São muitos fatores, a gente vive num mundo individualista. O lado mais frágil dessa sociedade são os deficientes, eles não necessitam de proteção, queremos competência moral, capacidade de sobreviver no meio acadêmico. Eu preciso de meios que eu possa frequentar a Universidade. É uma situação difícil. |
| <b>E6</b>                                                                                                     | <b>Eu não sofro e não conheço nenhuma estória.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>E7</b>                                                                                                     | <b>Nunca sofri discriminação</b> , até porque nem todo mundo percebe minha necessidade. Às vezes tenho aula na Biblioteca Central e como não sei se há elevador, eu falto a aula. Subir quatro escadas é muito difícil para mim.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>E8</b>                                                                                                     | Não, não de modo algum. Eles não fazem nem menção e raramente eu preciso dizer, <b>nunca sofri nenhuma discriminação.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Como observamos os entrevistados E3, E6, E7 e E8 não relatam experiências discriminatórias, conforme falas relacionadas abaixo:

**E3: “Não. Nunca sofri esse tipo de coisa, não que eu tenha percebido”.**

**E6: “Eu não sofro e não conheço nenhuma estória”.**

**E7: “Nunca sofri discriminação, até porque nem todo mundo percebe minha necessidade. Às vezes tenho aula na Biblioteca Central e como não sei se há elevador, eu falto a aula. Subir quatro escadas é muito difícil para mim”.**

**E8: “Não, não de modo algum. Eles não fazem nem menção e raramente eu preciso dizer, nunca sofri nenhuma discriminação”.**

E1 declara não ter observado preconceitos explícitos, contudo, relata que um professor confundiu sua necessidade especial auditiva com cognitiva, vejamos a fala do entrevistado:

**E1: “Nunca sofri discriminação de cara, mas já tive um professor que confundiu meu problema auditivo com deficiência mental”.**

O entrevistado E2 relata atitudes preconceituosas de colegas. Para E4 a relação com servidores é boa e diz que os preconceitos estão na instituição pela falta de estrutura. Para E5 a relação oscila entre constrangimento e solidariedade e acrescenta ser uma relação conflituosa, vejamos:

**E2: “Não vejo tanto na faculdade, eu via mais problemas na época da escola, mas eu ainda encontrei um pouco, principalmente eu que tenho estrabismo e miopia aguda, o pessoal gosta muito de tirar onda, até puseram apelido em mim, mas eu não ligo. Com certeza sofre sim, principalmente uma pessoa cega, ou que tenha problema de falar, um surdo. Tem uma aluna aqui que ela se isolou devido a isso. Infelizmente as pessoas hoje em dia ainda não enxergam que a gente não escolhe ser assim, nascemos assim e ainda hoje sofremos preconceito sim”.**

**E4: “[...] existe uma boa relação entre aluno e servidores [...]. A estrutura da UFPE é que apresenta problemas. É ainda muito arcaica e tradicional. Eu acho que o preconceito esta na falta de estrutura que não deixa de ser um jeito de exclusão”.**

***E5: “Em alguns momentos a relação que tenho com colegas e funcionários é de solidariedade, mas às vezes é de constrangimento. É uma convivência difícil, conflituosa e constrangedora para ambas as partes. Há muito preconceito, você sofre bastante preconceito, desde aquele absolutamente educado até aquele que acha que você atrapalha, é mais raro, mas tem e não estamos falando do deficiente intelectual. São muitos fatores, a gente vive num mundo individualista. O lado mais frágil dessa sociedade são os deficientes, eles não necessitam de proteção, queremos competência moral, capacidade de sobreviver no meio acadêmico. Eu preciso de meios que eu possa frequentar a Universidade. É uma situação difícil”.***

A partir das declarações de alguns entrevistados podemos afirmar que os portadores de necessidades especiais sofrem preconceitos, muito embora a metade dos entrevistados não tenham vivenciado tais experiências. Estes preconceitos reforçam a necessidade de se criar uma cultura de inclusão, onde o portador de necessidades especiais seja percebido pelo ser que é e não pela limitação que porta (SASSAKI, 2010). As experiências descritas reforçam a necessidade de ajustes sociais que permitam incluir na sociedade o portador de necessidades especiais.

De acordo com Silva (1987) a discriminação experimentada por pessoas com necessidades especiais é histórica e mesmo nos dias atuais com um conjunto de leis modernas, instituídas com o objetivo de incluir e proporcionar bem estar a estas pessoas, o fato é que condutas discriminatórias ainda são sentidas. Os preconceitos experimentados são muitos. Concebe-se que pessoas com necessidades especiais são inúteis, dependentes, improdutivas e suas necessidades dizem respeito apenas a cuidados médicos, visão que favorece os estereótipos (INCLUSÃO..., 2007).

O preconceito enfrentado por pessoas com necessidades especiais desencadeia as barreiras atitudinais compondo com outros obstáculos um contexto discriminador e excludente (INCLUSÃO..., 2007). Um caminho para reduzir ou eliminar essas barreiras é a prática da inclusão, o respeito à Constituição, às leis de acessibilidade e a proposição de ambientes acessíveis.

O quadro a seguir expõe como os entrevistados percebem a acessibilidade na UFPE.



Quadro 12 – Acessibilidade na UFPE

| <b>EIXO 3: BARREIRAS ATITUDINAIS</b><br><b>CATEGORIA 2: Acessibilidade na UFPE – UC/UR</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>E1</b>                                                                                  | <b>A UFPE não é acessível.</b> Falta muito para se ter acessibilidade na UFPE. <b>Os professores deviam saber libras, a sinalização tátil deveria ter em todo lugar, as calçadas são muito ruins para alguém com deficiência motora, faltam livros em braile. É difícil chegar aqui, então não é acessível.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>E2</b>                                                                                  | Eu considero que <b>ainda não</b> , eu acho que poderia ser mais acessível, <b>principalmente para os cadeirantes</b> , eu acho que sofrem mais, são muitos obstáculos, <b>não tem lugar para eles, as portas não são alargadas, não há carteiras para escreverem</b> , eu nunca vi isso aqui no CCB, nem no dia em que fiz vestibular, que foi aqui. Os cadeirantes eram tirados das suas cadeiras e assentados em bancas normais. <b>Considero a estrutura ruim.</b> Tem até, um burquinho na passagem para as salas lá de trás que dificulta e pode provocar acidentes. <b>Nos laboratórios os espaços são muito pequenos, apertados. A acessibilidade não existe também no lado de fora.</b> No Centro de Convenções há uma rampa, mas eu considero que é muito íngreme, sendo ruim para quem empurra uma cadeira de rodas e para o próprio cadeirante se estiver sozinho, pior ainda. <b>Para quem não enxerga bem não tem placas, eu nunca vi placas, nunca vi orientação nenhuma e isso é geral, não só para quem é deficiente, também para quem não é.</b> Você tem que ficar correndo atrás direto, lógico que você tem que ir atrás do que precisa, mas <b>muitas coisas poderiam estar disponíveis e facilitar a vida da gente</b> , isso é geral. É muito complicado aqui. |
| <b>E3</b>                                                                                  | Eu acho que <b>podia melhorar em algumas coisas como a questão da sinalização tátil. Tem iniciativas, mas pode avançar mais.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>E4</b>                                                                                  | <b>Não, e vou mais além da questão da acessibilidade, há dificuldades que se impõem a todos.</b> Não é somente com relação a acessibilidade. Há outras que dizem respeito a dificuldades que acabam por dificultar e em alguns casos impedir a permanência do aluno no curso. Pergunto por que numa universidade pública tudo tem que ser pago? Isso é um grande complicador [...] e também exclui. São muitos obstáculos e não são fáceis de superar.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>E5</b>                                                                                  | Eu acho que <b>a UFPE tem graves problemas de acessibilidade.</b> Ela <b>não é algo intransponível para as pessoas com deficiência, tanto que estamos aqui dela conversando. É possível então ter acesso à universidade, mas a quantidade de problemas que existe e que poderia não existir é enorme.</b> [...]. A UFPE não é inacessível, ela tem grandes dificuldades e o grande problema é superar essas dificuldades, não precisa de grandes somas de dinheiro, o governo federal tem verbas, não digo sobrando, mas há disponibilidade de recursos para aplicar em acessibilidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>E6</b>                                                                                  | <b>Não, falta muita coisa para fazer com que nós portadores de necessidade especiais tenha acesso aos prédios da UFPE.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>E7</b>                                                                                  | Eu estou no segundo período, não conheço o <i>campus</i> todo, mas pelo CAC eu <b>posso dizer que não é acessível.</b> E lá fora <b>as ruas são esburacadas, é difícil andar</b> , já torci o pé, mas eu não posso falar pelo campo todo. Se aqui no CAC não é, a resposta então é não, porque <b>para ser acessível tinha que ser todo o campus, tinha que uma pessoa entrar e sair quando quisesse sem pedir nada a ninguém.</b> É muito chato depender de alguém para ir e vir. O certo é entrar e sair na hora que se quer, e <b>isso não acontece, então não é acessível.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>E8</b>                                                                                  | <b>Não, pode haver a intenção, mas ainda não é.</b> Com o crescimento no mundo dos deficientes físicos, e não é pouco, devido a acidentes no trânsito, má alimentação, a formação genética das crianças, tem-se voltado mais para isso. <b>Certamente vai ser um maior número de eleitores daqui a um período e aí sim os políticos e as instituições públicas vão estar mais voltadas, porque vai dar mais visibilidade política</b> , mas penso que é necessário que haja essa visão hoje para que no futuro possa atender um número maior de deficientes, não só o motor como visual e cognitiva. O trânsito tá aí, tá piorando muito e é uma das maiores causas de deficiência hoje. Em segundo lugar a gestação maternal: as crianças já nascem com problemas neurológicos e aí é outro tipo de deficiência, e certamente não ingressarão na universidade, e <b>as políticas públicas que eu vejo são muito poucas, não vejo empenho nesse sentido.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

Fonte: Dados da pesquisa, janeiro 2013.

A partir do quadro acima inferimos que a UFPE não é um ambiente acessível. A maioria dos entrevistados aponta que há muitos entraves na proposição de acessibilidade na UFPE. Apenas dois entrevistados (E3 e E5) reconhece haver acessibilidade parcial, no entanto entendem que há problemas:

**E3: “Eu acho que podia melhorar em algumas coisas como a questão da sinalização tátil. Tem iniciativas, mas pode avançar mais”.**

**E5: “Eu acho que a UFPE tem graves problemas de acessibilidade. Ela não é algo intransponível para as pessoas com deficiência, tanto que estamos aqui dela conversando. É possível então ter acesso à universidade, mas a quantidade de problemas que existe e que poderia não existir é enorme. [...]. A UFPE não é inacessível, ela tem grandes dificuldades e o grande problema é superar essas dificuldades, não precisa de grandes somas de dinheiro, o governo federal tem verbas, não digo sobrando, mas há disponibilidade de recursos para aplicar em acessibilidade”.**

Quando alguns entrevistados sinalizam em suas falas a existência de acessibilidade parcial, deve-se ao fato, possivelmente, de haver iniciativas com o objetivo de promover a acessibilidade. Alguns prédios, construídos recentemente ou em construção, apresentam melhores condições de acesso, uso e permanência. O Centro Avançado do Agreste é um exemplo. O mesmo apresenta ambientes com rampas, corredores com largura adequada e banheiros acessíveis mesmo assim ainda não se pode dizer que o mesmo seja de todo acessível. Há barreiras arquitetônicas e tecnológicas as quais devem ser removidas. As imagens abaixo reforçam essa assertiva:

**Figura 22** - Banheiro acessível no CAA



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

**Figura 23** - Rampa CAA



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

**Figura 24** - Caminho do estacionamento ao prédio CAA



**Fonte:** Dados da pesquisa, janeiro 2013.

Os outros entrevistados (E1, E2, E4, E6, E7 e E8) afirmam não haver acessibilidade de modo algum na UFPE. Para justificar a afirmação os mesmos

apontam as falhas existentes, todas de ordem arquitetônica, e que comprometem o acesso, a permanência, a circulação e o uso de produtos, serviços e ambientes. E1 chama a atenção para aspectos como ausência de sinalização tátil, dificuldades para mobilidade, principalmente para quem utiliza cadeiras de rodas, acervo bibliográfico inexistente em Braille, ou seja, além das barreiras de ordem arquitetônica, há também barreiras quanto ao acesso a informação e ao conhecimento registrado em suporte bibliográfico. E2 relata existência de obstáculos dentro e fora dos centros, chama a atenção para o pouco espaço nos laboratórios, para a largura das portas e para a ausência de sinalização. E4 e E6 afirmam não haver acessibilidade de modo algum. E7 resume o conceito de acessibilidade quando afirma que para ser acessível um ambiente deve proporcionar mobilidade com independência, ou seja, ir e vir, direito garantido constitucionalmente, E8 entende não haver acessibilidade na UFPE e infere ser possível no futuro, que o número de pessoas portando necessidades especiais aumente em virtude de acidentes e de razões genéticas e biológicas. Desse modo por constituir grupos numericamente consideráveis, pessoas com necessidades especiais atrairão a atenção de políticos sendo possível que tenhamos políticas públicas voltadas às pessoas com necessidades especiais.

A acessibilidade é definida na Lei nº 10.098, segundo artigo, como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, p. 166).

O conceito de acessibilidade relacionado acima respalda a negação dos entrevistados quanto à existência de acessibilidade na UFPE. A ausência de ambientes acessíveis na UFPE fere a Constituição em mais de um aspecto: o primeiro deles é quanto ao direito a Educação, pois as barreiras existentes podem dificultar a frequência e a conclusão de um curso por pessoa com necessidades especiais. O segundo aspecto é quanto ao direito de ir e vir, também um direito constitucional. Sua negação através das barreiras arquitetônicas é um complicador que dificulta a mobilidade das pessoas com necessidades especiais na UFPE, dentro dos centros ou no entorno.

Alguns entrevistados (E3 e E5) entendem que a proposição de acessibilidade na UFPE não é total, no entanto tendo como base a legislação acerca do assunto não se pode afirmar que há acessibilidade parcial. O que podemos inferir é que em razão da legislação em vigor, constata-se algumas iniciativas no sentido de proposição de acessibilidade na UFPE, não de sua existência.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estigma que acompanha a pessoa com necessidades especiais é milenar. Desde a Idade Antiga essas pessoas eram segregadas, contudo não podemos afirmar que o *status* social das mesmas permanece o mesmo. Houve mudanças significativas, especialmente a partir da década de 80 do século XX. A situação de exclusão vivenciada pelos portadores de necessidades especiais encontrou na proposição de acessibilidade um caminho capaz de torná-los socialmente visíveis. Trilhar esse caminho, porém é bem difícil. A acessibilidade, cujo objetivo é incluir o portador de necessidades especiais através da eliminação de barreiras, possibilitando que estas pessoas se desenvolvam e usufruam dos mesmos serviços, produtos e oportunidades existentes na sociedade, é antes de tudo, exercer o direito à cidadania.

A apreensão do conceito de acessibilidade é fácil, aplicá-lo é legítimo, torná-lo uma realidade é algo ainda distante. A pesquisa: Variadas Maneiras de dizer Não, cuja proposta é analisar a acessibilidade na UFPE comprova a assertiva acima.

É fácil perceber que a UFPE não é uma instituição acessível, mas queríamos aguçar a questão e discuti-la a partir do olhar do aluno portador de necessidades especiais. Através de suas impressões, apoiadas em recurso imagético, percebemos o quanto é grave a questão e o prejuízo que causa no exercício da cidadania desses alunos.

Um dos objetivos específicos da pesquisa foi identificar a existência de barreiras arquitetônicas, tecnológicas e atitudinais e podemos afirmar que encontramos todas, algumas mais acentuadamente, como as arquitetônicas que impactam imediatamente, pois compromete a mobilidade com autonomia, o direito de ir e vir da pessoa.

No interior dos centros faltam rampas, quando existem são muitas vezes edificadas fora dos parâmetros normativos, ou quando construídas de acordo com a norma de acessibilidade falta a manutenção. Em alguns centros como o CAC e o CE, que não dispõem de rampas, encontramos elevadores, porém estão sempre quebrados ou trancados impedindo a sua utilização. As salas de aula muitas vezes são apertadas, as cadeiras desconfortáveis e inadequadas à alguns tipos de necessidades especiais. Os laboratórios não oferecem condições de uso por alunos com necessidades motoras, tanto pelo *layout*, quanto pelo mobiliário e

equipamentos e/ou máquinas. Os sanitários acessíveis constituem o item em melhor situação, principalmente em quantidade, os encontramos em todos os centros, entretanto alguns apresentam pouco espaço para circulação e manobra para quem utiliza cadeira de rodas, os lavatórios, saboneteiras e papeleiras são itens que também apresentam falhas. A maioria das portas é de largura convencional, dificultando o acesso por alguns portadores de necessidades especiais. Em alguns centros chegar à sala de aula requer muito esforço do aluno portador de necessidades especiais ou simplesmente impede que o mesmo assista aula. Chegar ao seu centro é muitas vezes uma dificuldade, as roletas instituídas (por medida de segurança) constitui o primeiro obstáculo a ser vencido. No CTG o aluno enfrenta duas roletas até chegar ao centro de fato, em todas há portão ao lado destinado aos portadores de necessidades especiais motoras, no entanto estão sempre fechadas.

As bibliotecas constituem um item à parte. A maioria passou por reformas recentes, nenhuma contemplou a acessibilidade de fato. A sinalização nas estantes e nos livros é inadequada, a distribuição do mobiliário nos espaços de leitura e pesquisa não contempla a mobilidade nem a permanência dos alunos com necessidades especiais. As cabines individuais bem como os terminais de consulta são inacessíveis. As estantes são altas e o espaço entre elas algumas vezes é inferior a 80cm, quando a norma de acessibilidade determina no mínimo 90cm, o que impede o acesso por obesos, gestantes e cadeirantes. Algumas não dispõem de sanitários para quaisquer usuários, constituindo mais um fator de impedimento à permanência. Não há acervo em Braille ou áudio livros. O piso com sinalização tátil existe, porém somente até o balcão de empréstimo. O único item de fato acessível nas bibliotecas da UFPE é o balcão de empréstimo, a maioria possui.

Em alguns centros as áreas de circulação são boas, porém não ocorrem totalmente, ou seja, áreas largas e seguras convivem com áreas em situação oposta. As ruas do entorno aos centros são inseguras, com muitos impedimentos. De acordo com os entrevistados nas salas de aula a iluminação é satisfatória, o mesmo não ocorre na parte exterior dos centros onde as calçadas são irregulares, apresentam buracos e ficam mais perigosas e inseguras à noite em virtude de uma iluminação precária. A sinalização como um todo também apresenta falhas tanto interna quanto externamente.

No que concerne às barreiras atitudinais a maioria dos entrevistados declararam não ter vivenciado preconceitos de qualquer ordem, no entanto um

entrevistado relatou o constrangimento de ter sua necessidade auditiva confundida com necessidade cognitiva, o que indica o despreparo do docente diante do portador de necessidades especiais.

Entendemos que o fato de uma instituição não dispor de ambientes acessíveis já sinaliza atitude discriminatória, pois negligenciar a questão constitui uma barreira, a primeira de todas, que por sua vez desencadeia as demais.

No que diz respeito às barreiras tecnológicas não percebemos nas falas dos entrevistados conhecimento de iniciativas com o propósito de remover os entraves existentes. Todas as máquinas, equipamentos e programas de uso dos alunos portadores de necessidades especiais são inadequados. Há a preocupação com as novas edificações no sentido de torná-las acessíveis em alguns aspectos como a inserção de rampas e sanitários acessíveis, porém a apreensão do conceito de acessibilidade e inclusão do aluno com necessidades especiais carece de um aprofundamento.

Entendendo a função social da UFPE é recomendável que a mesma desenvolva ações visando instituir a cultura da inclusão. Isso pode ocorrer levando a discussão sobre acessibilidade e todas as questões transversais pertinentes ao tema à sala de aula, fazendo com que o aluno seja sujeito multiplicador e possa atuar na sociedade a partir das reflexões ocorridas no espaço acadêmico. O desenvolvimento de um projeto para implantar a acessibilidade total na UFPE pode garantir que mais portadores de necessidades especiais busquem a Universidade e construa uma sociedade mais justa e igualitária.

Este estudo não se encerra aqui. Há muitos aspectos sobre a proposição de acessibilidade ou relacionados com a temática que podem ser cientificamente investigados. É uma questão que se comunica com o Direito, com a Sociologia, com a Ética, com a Psicologia entre outras áreas. Assim, esperamos que futuramente a academia discuta não a proposição de acessibilidade, pois esperamos que seja uma realidade, mas a sua transversalidade com as ciências sociais e humanas e as questões subjetivas que permeiam essa discussão.



## 8.1 Sugestões

Diante deste cenário sugerimos algumas ações para que tenhamos uma Universidade acessível. Entendemos ser urgente a instituição de um plano que contemple os seguintes aspectos:

a) remoção de barreiras arquitetônicas: inferimos que as questões de acessibilidade relacionadas à arquitetura devem ser de responsabilidade da Prefeitura da UFPE. Entre as ações indispensáveis para garantir o acesso, o uso e a permanência de alunos com necessidades especiais nos ambientes da Universidade citamos: instalação de rampas acessíveis de acordo com a norma de acessibilidade 9050 de 2004, alargar portas de modo que permitam que pessoas usuárias de cadeiras de rodas ou obesas possam circular sem impedimentos, portas de vidro devem ter faixa de cor visível ao longo de toda a extensão. Definir rotas de acesso e circulação livre de obstáculos que dificultem ou impeçam a mobilidade de pessoas com necessidades especiais, cuidar para que pisos, calçadas e ruas sejam estáveis, firmes, sem desníveis e seguras. Edifícios e todo o entorno, devem possuir sinalização tátil, vertical e horizontal. Obstáculos e desníveis devem ser removidos, na impossibilidade da remoção que sejam sinalizados. Todos os estacionamentos devem ter vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais. Sanitários devem ser acessíveis não apenas quanto ao uso em si como também quanto à circulação e acesso livre de barreiras. A iluminação é outro item o qual merece atenção. O mobiliário das salas de aula, laboratórios e bibliotecas devem ser ergonômicos e sua disposição nos ambientes deve facilitar a mobilidade e a permanência de todos.

Um aspecto a ser agregado no conceito e proposição de acessibilidade é o *design* universal, o qual defende não apartar pessoas com necessidades especiais daquelas que não as possui, buscando ofertar ambientes e produtos que possam ser utilizados por todos. O *design* universal é um conceito inclusivista e economicamente viável, uma vez que as organizações que o adotam não necessitam construir ou adquirir produtos diferenciados para os diversos públicos e sim um produto ou serviço que pode ser utilizado por todas as pessoas independente de suas diversidades. Assim, o aspecto financeiro que muitas vezes

limita a proposição de acessibilidade numa instituição seria amenizado a partir da aplicação do conceito do *design* universal.

Os acervos das bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFPE também podem melhorar o atendimento a usuários com necessidades especiais adquirindo livros em Braille, áudio livros, redefinindo seus espaços de leitura e pesquisa de modo a permitir o acesso, uso e permanência dos ambientes. O mobiliário, incluindo as estantes, deve ser substituído por peças ergonômicas e acessíveis. A sinalização nas bibliotecas é um item merecedor de atenção, a mesma deve ser revista por um profissional qualificado na área de comunicação e *design*.

b) remoção de barreiras tecnológicas: as novas tecnologias podem ser utilizadas como ferramentas de inclusão de pessoas com necessidades especiais. Há no mercado uma infinidade de programas e ferramentas que possibilitam aos portadores de necessidades especiais o acesso à informação, ao conhecimento e à comunicação. Destacamos equipamentos que auxiliam a mobilidade como o *Stair Track* e o *Evacutec*, que ajudam a subir e descer escadas e em alguns casos até substituem o elevador para quem possui necessidade especial motora. Para quem tem necessidades especiais visuais as lupas eletrônicas ampliam textos e imagens. Há também dispositivos apontadores alternativos que substituem o mouse, podendo ser acionados inclusive com o piscar dos olhos. Teclados alternativos, com espaçamento diferenciado entre as teclas (maior ou menor), sistemas acionados por comando de voz, leitores de textos com síntese de voz, impressoras Braille, entre outros. Todas as máquinas e equipamentos, incluindo bebedouros e telefones públicos, devem ser facilmente localizados e utilizados. Os elevadores devem ser de uso fácil, de maneira que possam ser acionados com segurança e autonomia.

c) Barreiras atitudinais: não basta dispor de ambientes e máquinas acessíveis, é necessário dispor de pessoal capacitado para atender adequadamente as pessoas com necessidades especiais. Recomendamos que a Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROACAD) e a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAS) tenham em suas equipes profissionais capazes de identificar e acompanhar os alunos com necessidades especiais, atentando para suas demandas de modo que os mesmos tenham acesso ao conhecimento e concluam seus cursos com igualdade de oportunidades e tratamento. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

(PROGEPE) também poderia contribuir muito desenvolvendo um programa de capacitação para a acessibilidade cuja finalidade seria capacitar seus técnicos administrativos e docentes, possibilitando um melhor atendimento ao aluno portador de necessidades especiais e entendimento do que é acessibilidade e de quem dela necessita.

Sugerimos por fim a instituição de uma secretaria especial com a responsabilidade de identificar barreiras e trabalhar para que as mesmas sejam removidas, como também instituir um programa permanente de inclusão do portador de necessidades especiais na UFPE.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, F. de O. **Acessibilidade relativa dos espaços urbanos para pedestres com restrições de mobilidade**. 2010. 118 f. Tese (Doutorado em Fisiologia) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18144/tde.../tese.pdf>> Acesso em: 22 out. 2012.
- ALCOBA, S. de A. C. **Estranhos no ninho: a inclusão de alunos com deficiência na UNICAMP**. 2008. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <[http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais17/t](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/t)>. Acesso em: 2 nov. 2012.
- ALCOBA, S. de A. C. et al. Diferenças, identidade e inclusão. In: MANTOAN, M. T. E.; BARANAUSKAS, M. C. (Org.) **Atores da inclusão na universidade: formação e compromisso**. Campinas: UNICAMP: Biblioteca Central Cesar Lattes, 2009. cap. 2, p. 30-50.
- ALMEIDA, L. B. de. **A pessoa com deficiência e o direito a acessibilidade no cumprimento da pena privativa de liberdade**. 2011. 122 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <[http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cacher:T\\_K1LLO8JNsJ](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cacher:T_K1LLO8JNsJ)>. Acesso em: 2 nov. 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos - NBR 9.050**: 1994. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Iluminância de interiores - NBR 5.413**: 1992. Rio de Janeiro: ABNT, 1992. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/62479521/NBR-5413-92>>. Acesso em: 13 fev. 2013
- \_\_\_\_\_. **Transporte – acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento e intermunicipal – NBR 14.022**: 1997. Rio de Janeiro: ABNT, 1997. Disponível em: <<http://www.crea-rs.org.br/crea/download/acessibilidade/NBR>>. Acesso em: 11 jan. 2013.
- BAMPI, L. N. da S.; GUILHEM, D.; ALVES, E. D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 4, p. 816-823, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/22pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 2000.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Cap.2, p. 39-63.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BECK, P. R. C. **A história da cidadania das pessoas com deficiência e o desenvolvimento da sua organização como movimento social no cenário brasileiro**. 2007. 68 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/664>>. Acesso em: 27 set. 2012.

BERCHTOLD, P. B.; WEISS, S. L. I. **A inclusão das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho**. 2005. 10 f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Instituto Catarinense de Pós-Graduação, Santa Catarina, 2005. Disponível em: <[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2452/1/1011\\_AliceMariaOliveiraSouza.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2452/1/1011_AliceMariaOliveiraSouza.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2012.

BRASIL. (Constituição de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. (Manuais de Legislação Atlas).

\_\_\_\_\_. Decreto 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. In: BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 5. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009a. (Série Legislação, 21). p. 303-311.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. In: BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 5. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009b. (Série Legislação, 21). p. 322-343.

\_\_\_\_\_. **Decreto Legislativo 198, de 13 de junho de 2001**. Aprova o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, concluída em 7 de junho de 1999 por ocasião do XXIX período ordinário de sessões da Assembleia Geral da Organização dos estados Americanos, realizado no período de 6 a 8 de junho de 1999, na cidade da Guatemala. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal;decreto>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

BRASIL. Decreto – Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. institui o código penal. In: BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 5. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009c. (Série Legislação, 21). p. 75-76.

\_\_\_\_\_. Decreto – Lei nº 5.452, de 1º. De maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. In: BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 5. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009d. (Série Legislação, 21). p. 77-79.

BRASIL. Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951. Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. In: BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 5. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009e. (Série Legislação, 21). p. 80-81.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7070, de 20 de dezembro de 1982. Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providências. In: BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 55. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009f. (Série Legislação, 21). p. 86-88.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. In: BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 5. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009g. (Série Legislação, 21). p. 97-107.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 55. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009h. (Série Legislação, 21). p. 144-146.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. In: BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 5. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009i. (Série Legislação, 21). p. 176-189.

BRASIL. Ministério da Educação. **Anteprojeto de Lei da Educação Superior**: 2ª. versão. Estabelece normas gerais para a educação superior no país, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera a Lei nº 5.540 de 28 de

novembro de 1968; a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999; o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001; a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002; a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.

Disponível em:

<[http://www.prppg.ufpr.br/sites/default/files/documentos/anteprojeto\\_lei\\_reforma\\_educacao\\_superior.pdf](http://www.prppg.ufpr.br/sites/default/files/documentos/anteprojeto_lei_reforma_educacao_superior.pdf)>. Acesso em: 8 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 1999. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 1999.

Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens**: sistematização dos estudos realizados em 21 cidades brasileiras com a metodologia de entrevistas domiciliares da Organização Pan-Americana de Saúde – OPS. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2004.

Disponível em: <<http://www.ideiasdobrasil.org/download/outros/OUT500.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

CABRAL, Ana Karina Pessoa da Silva. **Ergonomia e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**: um levantamento do estado da arte com ênfase nos métodos e técnicas utilizados para (re)inserção profissional. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <<http://www.openthesis.org/documents/Ergonomia-e-de-pessoas-com-4920/pdf>>. Acesso em: 13 set. 2012.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (Ensaio original de 1943).

CARVALHO, I. C. L. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Niterói: Intexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

CASTELLS, M. **O fim do milênio**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Alexandrina Figueiredo e Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. v. 3.

CLASSIFICAÇÃO Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde: classificação detalhada com definições, todas as categorias com as suas definições,

inclusões e exclusões. [S. l.]: Organização Mundial da Saúde, 2003. Disponível em: <<http://arquivo.esse.ips.pt/esse/cursos/edespecial/CIFIS.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2012.

COHEN, R. **Cidade, corpo e deficiência**: percursos e discursos possíveis na experiência urbana. 2005. 207 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.ax.fau.ufrj.br/pdf/TESE\\_DE\\_DOUTORADO\\_-\\_Regina](http://www.ax.fau.ufrj.br/pdf/TESE_DE_DOUTORADO_-_Regina)>. Acesso em: 21 out. 2012.

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e inclusão social**: construindo uma nova comunidade. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção Saúde & Sociedade).

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DUARTE, C. R.; COHEN, R. **Arquitetura, espaço, acesso e afeto**: a construção de uma experiência afetiva por pessoas com dificuldades de locomoção. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/afetoelugar>>. Acesso em: 10 out. 2012.

ERGONOMICS research society. **British Medical Journal**, London, v. 1, n. 4, p. 1009, abr. 1950.

FEIJÓ, A. R. A. **Direitos humanos e proteção jurídica da pessoa portadora de deficiência**: normas constitucionais de acesso e efetivação da cidadania à luz da Constituição Federal de 1988. Brasília, DF: Ministério da Justiça: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

FERREIRA, I. N. **Caminhos do aprender**: uma alternativa educacional para a criança portadora de deficiência mental. Brasília: CORDE, 1993.

FERRÉS, S. P. Acessibilidade física. In: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERREÉS, S. P. (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática. Campinas, SP: UNICAMP: Biblioteca Cesar Lattes, 2006. cap. 4, p. 21-32.

FIDELIS, Maria Ernestina Alves; CASTRO, Protásio Ferreira. Avaliação da acessibilidade nas escolas de Silva Jardim–RJ. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 45, p. 13-28, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?catid=4&itemid=10215>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

FREIRE, J. **Por onde caminha o ensino superior no Brasil?** [S. l.], 2006. Disponível em: <<http://universia.com.br/materia/materia.jsp/d=12942>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, George. **Pesquisas qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. pt. 1, cap. 3, p. 64-89.



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Hermínia Prado. **Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista**: recomendações internacionais e normas oficiais. São Paulo: Mackenzie, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982. (Antropologia Social).

IIDA, Itiro. **Ergonomia**: projeto e produção. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: E. Blucher, 2005.

INCLUSÃO digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros. Brasília, DF: UNESCO, 2007.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília, DF: IBGE, 2013. Disponível em: <[http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtml#sub\\_indicadores](http://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtml#sub_indicadores)>. Acesso em: 10 jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Inclusão social da pessoa com deficiência**: medidas que fazem a diferença. Rio de Janeiro: IBDD, 2008. Disponível em: <<http://www.ibdd.org.br/arquivos/inclusaosocial.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

KING, Martin Luther. **Pensamentos Martin Luther King**. Disponível em: <[http://pensador.uol.com.br/autor/martin\\_luther\\_king/3/](http://pensador.uol.com.br/autor/martin_luther_king/3/)>. Acesso em: 22 fev. 2013.

LEMO, Douglas. **Deficiência e exclusão social**: uma contribuição à inclusão sócio-jurídica dos portadores de necessidades especiais. 2009. 84 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Douglas%20Lemos.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2012.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisas qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. pt. 1, cap. 6, p. 137-155.

MACIEL, C. T. A construção social da deficiência. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <[http://www.sociologia.ufsc.br/npms/carolina\\_t\\_maciel.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/carolina_t_maciel.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2012.

MANTOAN, MariaTeresa Eglaér et al. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: SENAC, 2009.

MANTOAN, M. T. E.; BARANAUSKAS, M. C.; MELO-SOLARTE, D. S. Oficinas participativas inclusivas mediadas pelo modelo ACBP. In: MANTOAN, M. T. E.; BARANAUSKAS, M. C. (Org.). **Atores da inclusão e compromisso**. Campinas: UNICAMP, 2009. cap. 1, p. 9-28.

MAZZONI, Alberto Angel. **Deficiência x Participação: Um desafio para as Universidades**. 2003. 245 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <[www.todosnos.unicamp.br:8080/.../Tese%20Alberto%20Mazzoni.pdf](http://www.todosnos.unicamp.br:8080/.../Tese%20Alberto%20Mazzoni.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2012.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Inclusão e integração ou chaves da vida humana**. In: CONGRESSO ÍBERO AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: desafio para o novo Milênio, 4., 1998, Foz do Iguaçu. Disponível em: <<http://saci.org.br/?modulo=akemi&parametro=2960>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Débora. Envelhecimento e deficiência. In: CAMARANO, Ana Amélia. **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 107-120.

MELO, A. M.; COSTA, J. B. DA; SOARES, S. C. Tecnologias assistivas. IN: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. Cap. 8, p.62-70.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de educação**, [S. l.], n. 14, p. 131-194, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08.pdf>> Acesso em 21 de dez. 2012.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Declaração de Salamanca. In: DICIONÁRIO interativo da educação brasileira. São Paulo: Midiamix, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=109>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. (Biblioteca Artmed).

NERI, M. et al. **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV: IBRE: CPS, 2003. Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/cps/deficiencia\\_br/PDF/PPD\\_P%C3%A1ginasIniciais.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/deficiencia_br/PDF/PPD_P%C3%A1ginasIniciais.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (Org.). **Convenção da Guatemala**. [S. l.], 1999. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta\\_milenio.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2009.

PALACIOS BARREIRO, Augustina. **El modelo social de discapacidad: origenes, caracterización y plasmación em La Convención Internacional sobre lós Derechos de lās Personas com Discapacidad**. Madrid: CERM, 2008. Disponível em: <<http://sid.usal.es/idocs/F8/FDO20632/Elmodelosocialdediscapacidad.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2012.

PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SÊNECA. **La ira**. Buenos Aires: Tor, [19--?]. (Nueva Biblioteca Filosófica, 76).

SILVA, O. M. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987. Disponível em: <<http://www.visionvox.com.br/biblioteca/a/a-epop%C3%A9ia-ignorada.txt>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

SOUZA, F. A. M. et al. **Acessibilidade e cidadania**: eliminando barreiras físicas e promovendo igualdade. [Maceió]: UFAL, [200-]. Disponível em: <[http://www.prs.ufrj.br/ed\\_iberobiblioteca\\_pdef/d.humanos/03\\_acessibilidade\\_cidadania.pdf](http://www.prs.ufrj.br/ed_iberobiblioteca_pdef/d.humanos/03_acessibilidade_cidadania.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2012.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas. Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Indicadores**. Recife, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpe.br>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed.

São Paulo: Atlas, 2010.

## **ANEXO A – Roteiro para realização das entrevistas**

### **Roteiro para Entrevista**

#### **ASPESTOS ARQUITETÔNICOS**

1. Considera seu ambiente de estudo um espaço acessível?
2. Encontra obstáculos nos espaços de circulação que dificulte o seu trânsito, uso ou passagem lhe causando insegurança em seu trajeto? Em caso afirmativo cite.
3. Os ambientes de estudo ou de uso coletivo permitem a sua permanência e trânsito simultaneamente com outras pessoas?
4. Há sinalização tátil para localização e acesso aos vários setores e serviços?
5. Considera o mobiliário adequado às pessoas com necessidades especiais?
6. A iluminação lhe permite visualizar informações, conteúdos e imagens e transitar pela UFPE?

#### **ASPECTOS TECNOLÓGICOS**

1. A UFPE disponibiliza em seus espaços de ajudas técnicas, softwares, máquinas e equipamentos para seus alunos com necessidades especiais?

#### **ASPECTOS ATITUDINAIS**

1. Como se dá a relação servidor/aluno? Já sofreu ou sofre alguma discriminação?
2. Você considera a UFPE uma instituição acessível?